



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

ÁREA TEMÁTICA: Avaliação e Qualidade no Ensino

TEMA: Avaliação como factor de qualidade no Ensino Secundário – Estudo de Caso Escola Secundária Fulgêncio Tavares.

Trabalho de fim de curso para a obtenção do Grau de Licenciatura em Geografia Ramo Ensino, apresentada ao Instituto Superior de Educação, orientado pelo Mestre Arlindo Vieira.

LEILA SAMIRA BARROS FREDERICO

Praia, Setembro de 2008

DEDICATÓRIA

...À minha Mãe: Lucialina Eunice Sanches De Barros.

ÁREA TEMÁTICA: Avaliação e Qualidade no Ensino

TEMA: Avaliação como factor de qualidade no Ensino Secundário – Estudo de Caso Escola Secundária Fulgêncio Tavares.

Trabalho de fim de curso para a obtenção do Grau de Licenciatura em Geografia Ramo Ensino, apresentada ao Instituto Superior de Educação, orientado pelo Mestre Arlindo Vieira.

Aprovada pelos Membros do Júri:

O Júri;

Praia, aos ____ de _____ de 200__

AGRADECIMENTOS

Uma palavra de agradecimento, a todos que directa ou indirectamente, estiveram presentes durante o meu percurso académico, dando-me apoio, força e coragem:

À Deus, Maria e José, que desde sempre iluminaram os meus estudos e me deram a graça de concluir esta primeira fase dos meus trajectos universitários;

Um especial agradecimento à minha querida e amável Mãe, que por mim atravessou todas as barreiras, fazendo com que hoje eu esteja no patamar onde eu me encontro. Deu-me amor, carinho, compreensão, soube ser incomparável e como tal, inesquecível, não só no apoio, mas também, na presença;

À minha irmã casula e Pai, pelo apoio incondicional que me têm dado;

Aos meus amigos e familiares pela força, preocupação e confiança que em mim devotaram durante os meus anos de estudante;

Ao meu orientador Mestre Arlindo Vieira, pelas prestigiosas e sábias contribuições que fizeram deste trabalho uma realidade;

Aos meus professores de 12ºAno, que sempre mostraram disponíveis em me ajudar, não somente durante o curso, mas também, na concretização do presente trabalho;

Ao meu professor e amigo, Sr. Moisés Pereira Semedo, pelas diversas propostas relativamente à escolha do tema de pesquisa e não só;

À uma pessoa especial por todo o apoio substancial que me tem dado desde o início da minha carreira e continua a dar;

Por ultimo, e não menos importante, a todos os meus colegas de curso, especialmente os que estivemos juntos no culminar desta etapa e mostraram ser verdadeiros amigos em todos os momentos. Um muito obrigada.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	2
AGRADECIMENTOS	4
ÍNDICE	5
ÍNDICE DE FIGURAS	5
ÍNDICE DE TABELAS	6
ÍNDICE DE GRÁFICOS	6
INTRODUÇÃO	7
<i>Justificativa</i>	8
<i>Metodologia</i>	9
<i>Pergunta de partida:</i>	10
<i>Objectivo geral:</i>	10
<i>Objectivos específicos:</i>	10
<i>Estrutura de Trabalho</i>	11
CAPÍTULO I	12
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	12
1. <i>Definição do conceito sobre avaliação das aprendizagens</i>	12
2. <i>Alguns conceitos no quadro dos paradigmas Psicométrico e Contextual</i>	13
3. <i>Formulação dos objectivos</i>	14
4. <i>O Que Avaliar?</i>	15
5. <i>Como Avaliar?</i>	16
6. <i>Modalidades de Avaliação</i>	17
7. <i>Outras modalidades de avaliação</i>	20
8. <i>Instrumentos de avaliação</i>	23
9. <i>Avaliação e aprendizagem</i>	25
10. <i>Avaliação e classificação</i>	25
11. <i>Finalidade da Avaliação</i>	27
12. <i>O Conceito da qualidade de ensino</i>	28
CAPÍTULO II	32
CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO E DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÃO DOMINGOS	32
1. <i>Caracterização do concelho de São Domingos</i>	32
2. <i>Caracterização geral da Escola Secundária de São Domingos</i>	35
CAPÍTULO III	44
ANÁLISE / DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO	44
1. <i>Análise/ discussão dos resultados do questionário aplicado aos alunos</i>	44
2. <i>Análise/ discussão dos resultados das perguntas abertas do questionário aplicado aos alunos</i>	54
3. <i>Síntese conclusiva do inquérito aplicado aos alunos</i>	58
4. <i>Análise/ discussão dos resultados das perguntas do questionário aplicado aos professores</i>	59
5. <i>Síntese conclusiva do inquérito aplicado aos professores</i>	65
CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1: Mapa da Ilha de Santiago realçando o concelho de São Domingos.	33
Fig. 2: Ex. ESSD	36
Fig. 3: Actual ESSD	36
Fig. 4: Bloco A	37
Fig. 5: Bloco B	37
Fig. 6: Placa desportiva em construção.	43

ÍNDICE DE TABELAS

Quadro I: número de alunos matriculados por anos de escolaridade e sexo	39
Quadro II: Distribuição de alunos por idade	40
Quadro III: Distribuição de alunos por áreas de estudo	40
Quadro IV: Distribuição de professores por habilitação literária.....	41
Quadro V: Número de pessoal não docente	42
Quadro VI: Local de residência dos alunos.....	46
Quadro VII: Conhecimento da fórmula para determinar a classificação trimestral e final	47
Quadro VIII: conhecimento do Decreto-Lei sobre a avaliação no Ensino Secundário.....	47
Quadro IX: Correspondência entre os conteúdos e os objectivos da disciplina.....	48
Quadro X: os conteúdos abordados na sua relação com a teoria e a prática do mesmo.....	48
Quadro XI: metodologia utilizada na disciplina.....	49
Quadro XII: Os instrumentos utilizados	49
Quadro XIII: Oportunidade de participação na discussão dos resultados e nas conclusões das aulas.....	49
Quadro XIV: Relação entre os conteúdos e a realidade conhecida.....	51
Quadro XV: Incentivo para participar na aula.....	52
Quadro XVI: Qualidade do ensino na escola	65

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I: sexo	45
Gráfico II: Ano de escolaridade.....	45
Gráfico III: Conceito de avaliação	46
Gráfico IV: conhecimento das modalidades.....	46
Gráfico V: Apresentação dos programas	48
Gráfico VI: Apresentação dos objectivos escolares	48
Gráfico VII: Avaliação e os objectivos abordados na sala de aula.	50
Gráfico VIII: Avaliação e os conteúdos escolares.....	50
Gráfico IX: Estudo dos alunos.....	51
Gráfico X: Apresentação do desempenho escolar	51
Gráfico XI: Interação professor e aluno	52
Gráfico XII: Orientação dos alunos pelos professores na realização das actividades	52
Gráfico XIII: Disponibilidade dos materiais	53
Gráfico XIV: Espaço físico e o recinto escolar na prática das aulas.....	53
Gráfico XV: Acesso dos materiais didáctico	54
Gráfico XVI: Livre acesso a Internet.....	54
Gráfico XVII: Modalidade de avaliação	62
Gráfico XVIII: Modalidade de avaliação.....	62

INTRODUÇÃO

Com o intuito de realizar um trabalho monográfico de fim do curso, para a obtenção do grau de licenciatura, realizamos o presente trabalho, cujo tema é a “*Avaliação como Factor de Qualidade no Ensino Secundário – Um estudo de Caso na Escola Secundária Fulgêncio Tavares*”.

O objectivo principal é analisar a relação entre a avaliação e a qualidade no ensino secundário. Com isso pretendemos incidir sobre o processo avaliativo praticado na escola, podendo conhecer melhor a influência que possa ter para a melhoria de qualidade no ensino, uma vez que se trata de estudo de caso como já se referiu.

No ensino secundário a avaliação é a parte integrante do processo ensino aprendizagem e permite, para além de outras funções, diagnosticar as insuficiências e as dificuldades ao nível da aprendizagem, visando a melhoria da qualidade de ensino ministrado. Deve servir também para orientar o processo educativo e dar as respectivas informações aos alunos, professores e encarregados de educação que actuam como um todo neste processo de avaliação e educação. Por outro lado, possibilita verificar o grau de cumprimento dos objectivos do currículo, no tangente ao conhecimento, as atitudes e as destrezas, respeitando os critérios da avaliação definidos e aprovados pelo conselho pedagógico (Josefa, 2005). Para isso, durante o ano lectivo, os professores recorrem a diferentes elementos de avaliação¹, bem como a diversas modalidades de avaliação² com o propósito de aferir os conhecimentos, competências e capacidades dos alunos, quer para o prosseguimento dos estudos, quer para a preparação no ingresso na vida futura.

O Dec-Lei nº 42/2003, de 27 de Outubro sobre a avaliação dos alunos do Ensino Secundário, também consagra um conjunto de princípios, opções e medidas conducentes à configuração de um sistema de avaliação credível. De entre várias alíneas podemos destacar aquela que considera a avaliação como algo indissociável à pedagogia e que cumpre com as suas funções quer formativas quer classificativas; a regulação dos níveis de classificação dos alunos quer em termos quantitativos e qualitativos e critérios de avaliação.

¹ Constituem exemplos dos elementos de avaliação, os testes escritos e os outros elementos de avaliação, como sejam os trabalhos individuais e de grupo

² Temos como exemplos de modalidades de avaliação: diagnostica, sumativo, formativo e aferida

A qualidade é entendida, no nosso estudo, como a “*capacidade do sistema educativo de adequar as trajectórias pessoais e profissionais dos alunos às necessidades da ordem socioeconómica imperante, com uma preocupação especial de seleccionar e a promover os alunos³ a ocuparem postos de maior responsabilidade*” (César, C.2003). Importa ainda referir que nas suas dimensões se apresentam aspectos como a relevância, equidade, eficácia e eficiência que devem estar sempre presentes neste processo, pois a avaliação é um dos principais factores que garantem a qualidade de ensino.

Justificativa

Em breves palavras, “*a avaliação é a urna das tarefas mais difíceis, mas simultaneamente das mais nobres que um professor pode realizar...*” (Campino, P. 2006). É através da avaliação que o aluno consegue detectar os pontos fracos e os pontos fortes, reconhecendo o seu real estágio de aquisição de conhecimento. O professor por sua vez consegue avaliar-se quanto às estratégias, conteúdos e metodologias que necessita reformular no futuro próximo, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino, entendida como a capacidade do sistema educativo planear proporcionar e avaliar o currículo óptimo⁴ a cada aluno no contexto de uma diversidade de alunos que aprendem (Wilson, 1992).

É nesta linha de pensamento que se insere o motivo pela escolha do tema em estudo, mas também, porque somos estudantes no curso de Geografia – Ramo Ensino, partindo do pressuposto que seremos uma das docente da disciplina numa das escolas secundárias do país. Enquanto professora, gostaríamos de desenvolver a capacidade técnica, pedagógica e empática para com os alunos, ajudando-os a desenvolver um conhecimento de qualidade, o gosto pela Geografia, o que implica, necessariamente, uma avaliação do processo ensino aprendizagem. Também seria sensato extrapolar o tema em estudo às outras escolas secundárias do país, porém seria uma grande satisfação poder conhecer melhor o funcionamento, no que toca à avaliação como factor de qualidade de ensino numa escola que nos instruiu durante os nossos estudos secundários, e onde um dia possamos leccionar e contribuir para o seu progresso com o resultado da nossa pesquisa.

Importa, ainda, realçar que nesta escola já se realizaram trabalhos que dizem respeito à avaliação, mas no âmbito da gestão escolar e não, no processo ensino aprendizagem, daí a pertinência do estudo, em que pensamos enriquecer o conhecimento não só de todos os

³ “Naturalmente predestinados”

⁴ Este termo pode ser definido como um conjunto de experiências de ensino e aprendizagem.

alunos, professores e funcionários deste estabelecimento, mas também de todos os interessados que tiverem a posse deste documento. Optamos por este estudo tendo em consideração o contributo necessário que pretendemos conferir ao sistema educativo em termos de aprofundamento pedagógico por um lado e profissional por outro.

Metodologia

A palavra método significa caminho, a via ou processo racional para atingir um fim em vista. Tomar um determinado método como referência supõe uma prévia análise dos objectivos que pretendemos alcançar, as situações que provavelmente iremos enfrentar, assim como dos recursos e o tempo que teremos disponíveis, e por último das várias alternativas possíveis que poderão surgir. Trata-se pois, de uma acção planeada, baseada num quadro de procedimentos sistematizados e previamente conhecidos (Carlos F, s/d).

Por isso para a realização do presente trabalho, pretendemos enveredar pela seguinte via que ao nosso ver parece o mais adequado, atendendo ao tema de pesquisa.

Optámos por estudo de caso que é uma abordagem metodológica com grandes potencialidades, mas também apresenta algumas limitações, pelo facto deste método fornecer pequena base para generalizações científicas, por estudar um ou alguns casos que não se constitui em amostra da população e, por isso, torna-se sem significado qualquer tentativa de generalização para populações (Yin, 1984).

Trata-se de um tipo de pesquisa que tem sempre um forte cunho descritivo. Um estudo de caso é *“uma descrição e análise intensiva e holística de um único exemplo, fenómeno ou unidade social”* (Merriam, 1988).

No nosso trabalho aplicamos um inquérito por questionário, aos alunos das seis primeiras turmas do terceiro ciclo, que foram tomados como unidade de estudo cujo objectivo é recolher as suas representações, as suas inquietações/ opiniões sobre às avaliações como factores da qualidade de ensino, na escola secundária de São Domingos. A escolha de aplicação do questionário apenas aos alunos do terceiro ciclo justifica-se pelo próprio nível de escolaridade em que se encontram, o que se deduz a maior experiência, seriedade, maturidade nas respostas aos questionários, e, acima de tudo, na maior responsabilidade no preenchimento dos mesmos.

Depois de analisada todas as respostas dos alunos, surgiram algumas dúvidas que achamos conveniente esclarecê-las, mediante a aplicação de entrevistas à alguns professores da mesma instituição. No entanto, com a aproximação das férias tornou-se quase que impossível a sua concretização. Assim, aos vinte e seis professores da mesma escola, também aplicamos inquéritos por questionários com perguntas abertas, de modo que estes pudessem expressar sem restrição alguma das suas ideias em relação às questões levantadas. Os inqueridos, possuem anos de experiências diferentes e leccionam nas mais diversas disciplinas. Deste modo as respostas são de âmbitos variados, mesmo porque não possuem as mesmas preocupações dentro do processo ensino aprendizagem.

Pergunta de partida:

- Como é que a avaliação influencia ou interfere na qualidade de ensino/aprendizagem dos alunos na Escola Secundária Fulgêncio Tavares?

Objectivo geral:

- Analisar a relação entre a avaliação e a qualidade no ensino.

Objectivos específicos:

- Analisar alguns conceitos sobre avaliação e qualidade no ensino;
- Explicar a origem e a evolução do processo avaliativo na educação;
- Identificar as modalidades e funções da avaliação em vigor no Ensino Secundário;
- Relacionar a avaliação com a qualidade no ensino;
- Compreender como é que os recursos materiais concorrem para a melhoria da qualidade do desempenho dos alunos;
- Apresentar propostas de avaliação para a melhoria de qualidade de ensino da escola em estudo.

É de se referir que para a análise e tratamento destes dados, será necessário recorrer ao sistema SPSS (Statistical Packed for Social Sciences), tornando assim mais exequível a realização do trabalho em curso. Pretende-se fazer pesquisa bibliográfica que servirá de base para a realização de todo trabalho a ser realizado, e sem as quais seria muito difícil, para não dizer impossível a sua execução. Daí a nossa abordagem enquadrar-se no paradigma qualitativo (Bogdan e Biklen, 1994) porque visa estudar processos que decorrem no pensamento dos sujeitos (Tukman, 2000).

Estrutura de Trabalho

O nosso trabalho encontra-se estruturado em três grandes capítulos. No primeiro encontram-se uma breve introdução, a justificação da escolha do tema, o enquadramento teórico do estudo a ser realizado, a descodificação dos termos a serem usados, e alguns outros itens que servirão de alicerces para dar a continuidade do estudo em curso. Estamos a referir claramente ao significado da avaliação e qualidade de ensino, à obrigatoriedade da avaliação dentro do processo pedagógico, aos objectivos da avaliação, às modalidades da avaliação entre outras não menos importantes. No segundo capítulo, faremos uma breve caracterização do concelho de São Domingos e da sua Escola Secundária⁵. No terceiro capítulo faremos apresentação e discussão/ análise dos resultados e, para terminar, nada seria mais justo e mais esperado do que a conclusão e as propostas de avaliação para a melhoria da qualidade de ensino numa escola que ao nosso ver é merecedora deste estudo.

⁵ Escola Secundária Fulgêncio Tavares.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Definição do conceito sobre avaliação das aprendizagens

A avaliação aplicada à educação foi introduzida, pela primeira vez, por Tyler (1949), considerado o pai da avaliação educacional. Ele encara-a como a comparação constante entre os resultados dos alunos, ou o seu desempenho e objectivos, previamente definidos. Desta forma a avaliação do processo ensino aprendizagem indica o nível de conhecimento dos alunos e principalmente do grau de execução dos objectivos previamente estabelecidos.

Autores como, Bloom, Hastings, & Madaus (1971), comungam da ideia de que a avaliação indica a relação estabelecida entre esta e os objectivos educacionais. O que deixa claro a necessidade de traçar os objectivos com uma certa antecedência para que se possa orientar dentro do processo, estabelecer a sua relação com os demais a fim de atribuir um juízo de valor. Pois, a avaliação é um juízo de valor que se faz da posse dos dados previamente analisados (Vallejo, P. 1979). Também não saem desta linha de pensamento aqueles que definem a avaliação como sendo o processo de recolha de informações, formulação de juízos e tomada de decisões com a comunicação dos resultados (Garcia, M. 1985).

Nas palavras de Wrightstone cit. João Francisco Severo Santos (s d): “avaliação é um termo relativamente novo, introduzido para designar um conceito mais compreensivo de medida do que, o conceito dado pelos testes e exames convencionais”. O relevo em medidas é colocado na aquisição de conhecimentos⁶ ou aptidões específicas e habilidades. Porém na avaliação, o relevo se colocou nas modificações que a aprendizagem provoca na personalidade dos alunos, e nos principais objectivos curriculares da escola. O que inclui não apenas o conhecimento da matéria, mas também das atitudes, interesses, ideais, modos de pensar e agir, hábitos de trabalho, bem como adaptação pessoal e social. Mesmo porque a avaliação está

⁶ Este tipo de conhecimento refere-se a matérias facultadas pelos professores

intrinsecamente ligada ao processo Ensino – Aprendizagem, faz parte desse processo, embora não seja recomendável a credibilidade de que a qualidade da Educação poderá melhorar com a mudança do processo de avaliação.

2. Alguns conceitos no quadro dos paradigmas Psicométrico e Contextual

No âmbito das ciências da educação, segundo alguns teóricos, actualmente confrontam-se duas teorias de avaliação sendo uma na base do paradigma psicométrico que se inscrevia a avaliação tradicional e a outra, o paradigma contextual baseada numa avaliação que deveria estar em vigor actualmente dado a grande evolução que temos assistido.

De uma maneira muito simplista, confrontando as características da avaliação numa perspectiva psicométrica com as da avaliação numa perspectiva contextual fica vigente que na primeira perspectiva recorrem-se a testes, para avaliar preferencialmente produtos da aprendizagem que mostram, o grau de consecução dos objectivos que apresentam como características essenciais a precisão e a mensuração, uma vez que ela possui um carácter puramente tradicional. Algo de novo surge na segunda perspectiva. Neste ponto a avaliação é algo inseparável do contexto em que a aprendizagem tem lugar e o seu objecto são os processos associados ao desenvolvimento cognitivo, afectivo e moral que os alunos exibem no desempenho de tarefas diversificadas de aprendizagem. (Vila Nova, E. 2001)

2.1 Na perspectiva Neo-behaviorista

Nesta perspectiva os objectivos pedagógicos são avaliados em termos de comportamentos observáveis. As informações recolhidas relacionam-se com o resultado da aprendizagem e no decorrer deste processo o finca-pé faz-se, sobre os instrumentos psicométricos que antes fizemos referência. Na análise dos resultados a maior importância é dada no facto do tempo gasto na realização de uma determinada tarefa ser insuficiente atendendo ao ritmo de aprendizagem do aluno, por exemplo. Por isso as actividades de recuperação dos alunos devem ser para os que não possuem os pré-requisitos e as de remediação para os que não conseguiram alcançar os objectivos propostos inicialmente (iden).

2.2 Na perspectiva cognitivista

A mesma fonte supracitada informa-nos que os objectivos pedagógicos nesta perspectiva são definidos em termos de funcionamento cognitivos do aluno e as informações que deverão ser recolhidas relacionam-se com o resultado alcançado, considerando os erros como virtudes

para a inteligência. No decorrer da recolha das informações o relevo dá-se nos instrumentos contextuais da avaliação. Na análise dos factores aquilo que mais interessa são as interações entre as características dos alunos, o seu desenvolvimento cognitivo e as tarefas a eles submetidos, como seja o grau de abstracção do próprio aluno.

2.3 Na perspectiva construtivista/contextual

Baseada no construtivismo de Piaget, vamos analisar as duas formas indissociáveis de se fazer a avaliação do conhecimento numa escola. A abordagem estrutural que analisa a criança como sujeito epistémico e uma abordagem funcional que analisa a criança como sujeito psicológico (Inhelder & Cellierier, 1992 cit. Lino Macedo s/d).

Na primeira abordagem a análise é feita sobre o nosso sistema cognitivo que compartilhamos, em situações iguais, com todo mundo. Classificar, seriar, abstrair, generalizar, manter invariâncias em um contexto de transformações etc. são necessidades universais, são coordenadores cognitivos que nos permitem interpretar, por exemplo, a realidade física ou social, nossas próprias acções e as de nossos semelhantes. Na segunda abordagem analisa-se e descreve-se o sujeito num outro sistema cognitivo, mas que é da ordem do individual ou do singular, que é datada espacial e temporalmente, que tem problemas ou respostas específicas para cada um seja ele um indivíduo, um grupo etc. respeitadas as condições ou circunstâncias históricas que as geraram (Macedo, L. s/d).

3. Formulação dos objectivos

Os objectivos pedagógicos constituem a razão de ser da avaliação, mesmo porque o seu alicerce acentua-se na comparação dos objectivos previamente estabelecidos e os resultados conseguidos pelos avaliados (Vila Nova, E.2001)

Para seleccionar os objectivos educacionais devemos levar em conta três fontes principais de identificação: a sociedade onde o individuo se insere, o próprio educando no que se refere ao conhecimento, atitudes e aptidões que ainda não possui e poderão vir a ser desenvolvidas na sociedade com a ajuda dos objectivos educacionais e por fim temos a cultura disponível ao educando. Segundo os mesmos autores deve sempre haver um equilíbrio entre esses três fontes de selecção e no caso disso não acontecer, deve-se mostrar claramente a preponderância de um sobre o outro (Ribeiro A. & Ribeiro L. 1990).

Ainda nas palavras dos mesmos, qualquer que seja objectivo de ensino proposto no currículo escolar, deverá ser justificado recorrendo à viabilidade de execução e ao seu valor dentro de um horizonte de referência. Sendo assim, um objectivo viável tem sentido próprio e contribui para desencadear boas relações afectivas à aprendizagem dos alunos. Pelo valor, justifica-se a importância ou juízo apreciativo que se faz sobre as necessidades educativas ou valores essenciais que poderão vir a ser traduzidas em metas educacionais pré-estabelecidas. Segundo Grounlud (1971) cit idem «*os objectivos educacionais representam metas em relação aos quais os alunos vão progredindo*».

Em termos classificativos os objectivos podem ser tanto gerais como específicos atendendo à hierarquia das suas organizações. Um objectivo geral pode ser designado pela sua finalidade educativa uma vez que ela é algo que se vai alcançando paulatinamente e que constitui o orgulho de qualquer um quando realizado em plena (Kappel, 1960). No entanto essa mesma finalidade pode ser transformada em objectivos que poderão ser alcançados num curto espaço de tempo. Os objectivos quer sejam gerais ou específicos estão ligados àquilo que os dão sentido que perderiam se fossem considerados particularmente, é a finalidade educativa. O objectivo geral é algo que vai sendo alcançado na medida em que o objectivo específico também está a ser cumprido. O objectivo específico complementa o geral (Ribeiro, A. & Ribeiro, L. 1990).

Comungamos a opinião dos mesmos autores, que os objectivos bem formulados devem orientar o professor e ajudá-lo a seleccionar o material apropriado, bem como a transmitir melhor a mensagem aos alunos e orientar-se melhor no seu trabalho visto que assim sabem exactamente o que é que se pretende que eles saibam. Mesmo porque, é só tendo em conta a sua real importância que se podem valorizar as «técnicas de avaliação» e apreciar as vantagens e desvantagens das diversas modalidades de testes, os diversos tipos de perguntas e a análise estatística dos resultados e todos os procedimentos empregues na avaliação escolar. É habitual dar maior relevância ao problema da avaliação. O que em regra deveria dar-se maior importância é o problema dos objectivos dado que não somente na educação, mas em todos os campos, há que determinar os objectivos antes da avaliação.

4. O Que Avaliar?

Para avaliar o ensino numa determinada escola precisamos inevitavelmente de fazer a avaliação da aprendizagem dos alunos. No primeiro sistema, o sujeito do ensino é o professor

e no segundo o aluno. Como todos sabemos, a avaliação da aprendizagem dos alunos deve incidir sobre a consecução dos objectivos gerais curriculares do ensino e dos objectivos gerais específicos de cada disciplina ou área disciplinar. A hierarquia do que é avaliado é determinado pela valorização académica do objecto da avaliação, isto é, a hierarquia da avaliação segue a hierarquia do próprio currículo escolar. (Pires, E. et al 1991)

Com base nestes objectivos compete a cada escola definir os objectivos nucleares ou mínimos, no âmbito de cada disciplina, área disciplinar e área escolar.

A definição dos objectivos mínimos e nucleares em cada escola deve respeitar, necessariamente, as directrizes programáticas e justifica-se por permitir a sua adequação às necessidades e interesse dos alunos no contexto em que decorre o processo ensino/aprendizagem. Para tornar possível este trabalho os professores, costumam salvaguardar a homogeneidade e coerência da sua definição a nível nacional (Vila Nova, E.2001).

5. Como Avaliar?

A avaliação pode ser realizado recorrendo a padrões internos que permitem fazer a avaliação do progresso e dos resultados da aprendizagem em relação ao próprio aluno. Os padrões externos permitem fazer a avaliação do progresso e dos resultados da aprendizagem em relação aos objectivos fixados, independentemente da capacidade do aluno, que podem ser estabelecidos por exigências externas aos alunos e independentemente da capacidade destes.

Em primeiro caso a avaliação tem em vista a contribuição para o progresso educativo, marcando individualmente o ritmo deste, e em princípio não tem preocupação selectiva, ainda que esta pode não estar completamente ausente.

No segundo caso a avaliação tem uma forte natureza selectiva, pois, o progresso individual está subordinado à existência de metas exteriores, aos quais todos têm a mesma possibilidade de alcançar, o que leva a excluir aqueles cujo ritmo de progressão não se adaptam a tais exigências (Pires, E. et al 1991)

Realçando uma vez mais a contribuição de Elisa Vila Nova (2001) é de se dizer que os aspectos seleccionados e enfatizados no processo de avaliação, tanto do domínio do conhecimento como no das capacidades e das atitudes e valores, devem corresponder aos

objectivos que, por terem sido definidos como nucleares⁷, foram devidamente privilegiados no processo ensino/ aprendizagem.

Os alunos devem ser informados dos aspectos em que vão ser avaliados. A discussão dos objectivos, clarificando o que se pretende com a realização das várias actividades de aprendizagem, constitui uma estratégia que favorece a relação professor/aluno e a conjugação de esforços na consecução desses objectivos.

Indispensável é também, prestar uma atenção especial a forma como são recolhidos os dados necessários à avaliação dos alunos nos vários domínios da aprendizagem, atendendo a que as técnicas e instrumentos a utilizar devem:

- Estar de acordo com o trabalho desenvolvido;
- Ser diversificados, de modo a obter-se informações sob perspectivas diferentes mas complementar⁸;
- Ser adequados ao tipo de informação que se procura e ao nível de desenvolvimento dos alunos;

No que diz respeito à classificação final de um trimestre ou de um ano lectivo é necessário ter em conta todos os dados avaliativos recolhidos ao longo do processo ensino/ aprendizagem e convertê-los num resultado síntese que possa ser quantificado⁹ e pautado.

6. Modalidades de Avaliação

Em qualquer sistema de ensino, são fundamentais as modalidades de avaliação diagnóstica, formativa e sumativa. Essas modalidades desempenham um papel fundamental no sistema de ensino, contribuindo para o sucesso do processo educativo e verificar em que medida esse sucesso foi conseguido, com o objectivo de aperfeiçoar a actividade educativa, regulando e orientando todo o processo de ensino/ aprendizagem (Ribeiro, A. 1991). De acordo com o nosso decreto legislativo nº42/03/20 no seu 7º artigo sobre as modalidades de avaliação podemos considerar:

- Avaliação diagnóstica;
- Avaliação formativa;

⁷ Ou até mesmo objectivos mínimos

⁸ Perspectiva contextual e perspectiva psicométrica

⁹ Transformado num nível ou numa nota, consoante a escala utilizada

- Avaliação sumativa;
- Avaliação aferida.

Estas quatro modalidades da avaliação devem ser harmonizadas e muito bem, para se conseguir, como se pretende um autêntico sucesso educativo dos alunos e uma maior qualidade do sistema educativo.

6.1. Avaliação diagnóstica

Esta modalidade de avaliação pode ser aplicada pelos professores, com a finalidade de ter informações acerca dos pré requisitos dos alunos e assim poder orientar-se melhor quanto ao nível académico dos alunos que estão dentro do processo ensino aprendizagem. Este tipo de avaliação pode ser aplicado em qualquer período do ano lectivo desde que o professor, em diálogo com os alunos e com os órgãos de orientação técnico/pedagógica acharem conveniente, embora a sua prática ocorra com maior normalidade no início do ano lectivo, como diz o 7º artigo sobre as modalidades da avaliação

. Quanto ao resultado deste tipo de avaliação, não é digno de uma classificação visto que a sua aplicação tem um carácter meramente informativo.

6.2. Avaliação Formativa

A avaliação formativa na perspectiva de Abrecht (1991), é uma forma de o aluno como pessoa singular tomar consciência da sua própria aprendizagem. Ainda reforça dizendo que é através dos objectivos e dos critérios que o próprio aluno encontra meios para os alcançar e driblar as dificuldades que devem ser encaradas como virtudes para a inteligência, visto que se avalia para se conhecer melhor o aluno e para melhor lhe ensinar o conteúdo em vista.

A avaliação formativa tem carácter sistemático e contínua baseando-se na recolha, pelo professor, de dados relativos aos vários domínios da aprendizagem que evidenciam os conhecimentos e competências adquiridas, da capacidade e atitudes desenvolvidas, bem como das destrezas dominadas. (Artigo 9º do nosso decreto legislativo nº42/03/20).

Ela constitui a principal modalidade de avaliação na estrutura curricular do ensino secundário. Destina-se a informar o aluno, o seu encarregado de educação, os professores e outros intervenientes no processo educativo sobre o estado de cumprimento dos objectivos curriculares (Pais, A. & Monteiro, M. 2002). Com esta informação se pretende permitir:

- Estabelecer metas intermédias que favoreçam a confiança própria na prossecução do sucesso educativo;
- Adotar novas metodologias e medidas educativas de apoio ou de adaptação curricular, sempre que sejam decretadas dificuldades ou desajustamentos no processo de ensino/aprendizagem. (Vila Nova, E. 2001)
- Encontrar um ritmo de progressão apropriado ao nível da turma;
- Identificar os pontos que necessitam de revisão e de esclarecimentos;

Fazer revisões e dar aos alunos o exemplo daquilo que será o teste de exame; (Vallejo, P. 1979).

6.3. Avaliação Sumativa

Em qualquer sistema de avaliação, a relação entre a avaliação formativa e avaliação sumativa deve estar muito bem clarificada, sob o risco de se originar uma situação de confusão generalizada, entre elas, mesmo porque a avaliação sumativa constitui o último balanço de um ano lectivo ou de um trimestre qualquer (Vila Nova, E. 2001)

A grande preocupação aqui é formar um juízo de carácter global sobre o desenvolvimento dos conhecimentos e competências, capacidades e atitudes do aluno tomando como referência os objectivos mínimos curriculares e de cada disciplina e área disciplina, uma vez que a sua realização se faz de uma forma pontual. Mas também é digno realçar que este tipo de avaliação é puramente explícito pela formalidade que os próprios sujeitos reconhecem atendendo ao nível de explicitação da avaliação (Miras & Solé, 1992).

Em Cabo Verde temos dois tipos de avaliação sumativa aos olhos do referido decreto. A avaliação sumativa interna é feita pelos professores e coordenadores da disciplina a nível da escola, tanto nas disciplinas de carácter anual como bianual, com o objectivo de informar aos intervenientes no processo sobre o cumprimento dos objectivos curriculares. Ao cargo do Ministério da Educação fica a avaliação sumativa externa que consiste na realização de provas e exames finais e nacional, tendo em vista a homogeneidade nacional das classificações no ensino secundário.

6.4. Avaliação Aferida

O controlo de qualidade de ensino e a confiança social no sistema escolar passam por uma avaliação devidamente aferida que permita medir o grau de cumprimento dos objectivos

curriculares mínimos, sendo a elaboração das provas de aferição da responsabilidade dos organismos competentes do Ministério da Educação, uma vez que é cada vez maior o reconhecimento de que o passo fundamental para um país crescer e desenvolver é investir seriamente na qualidade da educação do seu país (Zacharias, V. s/d).

O Decreto legislativo nº42/03/20, consagra no seu Artigo 11º, que este tipo de avaliação não relaciona em nada com a dos alunos dado que a sua aplicação é feita a nível local ou nacional e a sua realização através de provas que os próprios especialistas da área elaboram seguindo critérios em consonância com os objectivos do ensino tendo como principal alicerce os padrões comuns no domínio dos saberes e aptidões. Assim como avaliação diagnóstica, este tipo de avaliação também pode ser aplicado em qualquer momento do processo de ensino/ aprendizagem e a análise dos seus resultados será tomado como uma contribuição importante para qualquer tomada de decisões, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de educação do país.

7. Outras modalidades de avaliação

7.1.Avaliação Especializada

A avaliação especializada destina-se aos alunos com necessidades educativas especiais e exige a participação do professor, do Conselho de turma, de técnicos de educação, pais e encarregados de educação, baseando-se, essencialmente, em aspectos multidisciplinares e interdisciplinares. Neste participam os professores intervenientes no processo de ensino aprendizagem previamente ouvidos pelos técnicos de educação cuja intervenção o presidente do conselho de turma entenda conveniente. É de se lembrar que todo esse processo ocorre mediante um acordo prévio com os encarregados de educação.

A sua realização é feita por solicitação do Conselho de turma, mediante proposta do professor e pode acontecer sempre que haja necessidade de definir uma programação individualizada e retenção repetida.

A retenção consiste em manter o aluno no ano de escolaridade que se reporta a avaliação, podendo traduzir-se na repetição de todo o plano de estudos desse ano ou no cumprimento de um plano de apoio específico que integre as disciplinas ou áreas disciplinares em que o aluno não demonstrou satisfazer os objectivos mínimos e nucleares. Sempre que, no decurso de uma avaliação sumativa, se concluir que um aluno que já foi retido em qualquer ano de escolaridade não possui as condições necessárias à sua progressão, deve o mesmo ser

submetido a uma avaliação especializada que ponderará as vantagens educativas de nova retenção (Jorge, 1992).

7. 2. Avaliação Formadora

Alguns teóricos da avaliação, como Bonniol e Nunziati, realizaram investigações sobre a avaliação formativa em turmas experimentais¹⁰ e detectaram a grande importância do processo de auto-avaliação das aprendizagens pelos alunos, o que contribuiu para fazer surgir uma nova modalidade da avaliação que Nunziati considera como uma disciplina instrumental, actualmente designada por *avaliação formadora*. Esta surgiu em 1982 com G. Scallon como forma de distinguir esta nova modalidade de avaliação àquela anteriormente citada.

O que distingue essencialmente a avaliação formadora da avaliação formativa na perspectiva cognitivista, embora ambas tenham a função reguladora de processo ensino/aprendizagem e recorram a função indiciante dos erros cometidos pelos alunos, é o facto de que na avaliação formativa, a função reguladora da avaliação está sob a responsabilidade do professor, enquanto que na avaliação formadora ela pertence essencialmente ao aluno, nomeadamente, no que diz respeito a:

- Apropriação dos critérios;
- Autogestão dos erros e dos reforços de aprendizagem;
- Planificação previa da acção;

Ainda Abrecht (1991) reforça a opinião anterior, considerando que a avaliação formativa dá prioridade às estratégias pedagógicas da regulação utilizadas pelo professor, enquanto que a avaliação formadora dá regulação assegurada pelo próprio aluno.

7. 3. Auto-Avaliação

Qualquer que seja a modalidade de avaliação descritas neste documento devem ser realizadas numa perspectiva credencial, ou que refira a critérios que o professor tem por obrigatoriedade explicitar com total clareza, como indicadores do sucesso dos alunos.

Assim confrontado com a pretendida progressão na aprendizagem, os comportamentos e atitudes que dele se esperam e outros indicadores do sucesso desejado, cada aluno, poderá com base neste referencial, proceder a auto-avaliação do seu desempenho e contribuir mais conscientemente para a regulação da sua própria aprendizagem. Esta constitui, portanto, um

¹⁰ Estas experiências decorreram no Liceu de Marselha, nos anos de 1974-1977.

procedimento de participação e implicação responsável de cada aluno no processo pedagógico, desde que ela seja estimulada e praticada.

A colaboração activa com o professor, na avaliação permite ao aluno formular um juízo do seu próprio acto, reflectir sobre os próprios erros e dificuldades, reconhecer os progressos realizados, etc. (Vila Nova, E. 2001).

7.4. Hétero-Avaliação

A palavra hétero é de origem grega e significa outro, oposto, diferente. Partindo deste pressuposto a hétero – avaliação opõe claramente a autoavaliação dado que a primeira é realizada pelo supervisor do sujeito avaliado (Louro, A. 2007). Assim esta modalidade tem maior validade pois diminui a carga de subjectividade inerente a prática avaliativa (Magalhães, M.L & Andrade, J.E. s/d).

Neste processo, o uso de discurso factual faz-se com maior frequência, ausentando na sua totalidade a presença de um discurso de carácter crítico bem como justificativo. Neste discurso que é definido como uma análise orientada para descrever os fenómenos educativos, a nitidez da relação é vista com a realidade dos factos, com aquilo que ocorreu e que deveria ter ocorrido. Neste tipo de discurso encontramos quatro subcategorias bem distintas: discurso descritivo que relata os factos observados detalhadamente., discurso informativo que identifica informação mais importante, discurso hermenêutico que dá maior relevância aos significados atribuídos pelos participantes aos acontecimentos educativos em análise e discurso explicativo/hipotético, em que somente esta última é considerada como indicadora de pensamento reflexivo dado que identifica as relações de causa e efeito na ocorrência dos acontecimentos educativos (Silva, M. & Duarte, M. s/d)

De uma forma geral as duas últimas formas de avaliação são difíceis de promover de forma sistemática. Pelo que a avaliação ainda é vista como uma herança dos poderes absolutistas. Para alguns ainda não lhes chegou a ideia que estas promovem o desenvolvimento da responsabilidade de cada um perante todos, permitindo que cada aluno identifique a avaliação final como o resultado do seu empenho (Simões, A. 1998).

8. Instrumentos de avaliação

Para que se possa avaliar todos os alunos de uma forma justa e em todos ou quase todos os âmbitos, precisamos inevitavelmente de instrumentos como observação directa, registo de incidentes críticos, lista de verificação, escala de classificação, grelha de observação, entrevista e questionário, testes de papel e lápis que nos servirão de apoio durante este processo.

Com efeito, falemos então da observação directa dos alunos que deve constituir uma prática pedagógica quotidiana, sem a qual tornará difícil avaliar os alunos numa perspectiva contextual. Para isso é crucial que os professores saibam observar; dominar técnicas de registo desses dados; confrontar os seus dados com os dos outros professores e ou técnicos de educação e fundamentalmente serem cautelosos na interpretação dos comportamentos observados.

Comportamentos esses que podem ser observados de uma forma espontânea ou intuitiva, fazendo com que o grau de subjectividade seja algo indispensável neste processo, pois aqui não há um critério explícito a ser seguido (Vila Nova, E. 2001). É também um instrumento que pode ser aplicado na avaliação diagnostica dado as suas características.

Registo de incidentes críticos constitui um outro instrumento que permite o registo de comportamentos, positivos ou negativos, que se revelem espontaneamente numa situação natural, permitindo evidenciar factos significativos. O incidente deve ser descrito com o máximo rigor, quer se trate de um incidente que faça parte do que previamente se planificou, quer aconteça de forma esporádica ou imprevista. Só pode ser considerado um incidente um facto significativo que leve a observação para zonas onde o comportamento não possa ser avaliado de outro modo (Pais, A. & Monteiro, M. 2002).

Em consequência, as escalas de classificação são bons instrumentos para construir e discutir em equipa, diminuindo assim as possibilidades de erros que muitas vezes se cometem devido ao facto de haver tendência para usar apenas zonas restritas da escala.

As grelhas de observação permitem conhecer a frequência dos comportamentos e observar a sua progressão desde que relacionados aos outros instrumentos com cuidado, através de

grelhas de observação podem responsabilizar o aluno pela adopção de comportamentos típicos que querem ver instituídos na turma.

É frequente quando queremos saber quais os interesses e as expectativas dos nossos alunos, ou os seus hábitos de trabalho, lançarmos um inquérito no início do ano lectivo. A nós parece-nos muito restritivo este uso de inquérito já que consideramos que a melhor maneira de saber o que os alunos pensam é perguntar-lhes oralmente, quer por escrito, através de entrevista ou questionário. As entrevistas permitem-nos obter informações sobre processos complexos de pensamentos, nomeadamente perceber qual o raciocínio do aluno durante a resolução de problemas, uma vez que é possível ir pedindo explicações e obter, por isso, informações pormenorizadas.

Se os questionários e as entrevistas nos permitem obter informações relativas ao desempenho típico dos alunos, ou seja, ao que eles fazem normalmente, os testes instrumentos que os professores recorrem com maior frequência para avaliar os alunos de uma forma criteriosa, atribui-lhes uma classificação. Este é um instrumento que cabe alegremente na avaliação formativa e sumativa, não substitui as observações e juízos informais dos professores, mas sim complementam e suplementam os métodos informais de obtenção de informação acerca dos alunos (Fernandes, D. 2005).

Quanto aos instrumentos de registo de avaliação o nosso decreto no seu 12º artigo exemplifica o livro de Termos de Frequência que é um documento muito importante para emitir certificados, diplomas e declarações de frequência no final do ano; a caderneta de Turma composto por um conjunto de fichas individuais dos alunos, que estão na posse do Director de Turma e este faz o registo dos resultados de frequência e avaliação dos alunos da respectiva turma. Os resultados de cada aluno são conseguidos através de uma reunião em conjunto com todos os professores da referida turma em conselhos de Turma. Este resultado é entregue no fim do ano lectivo quando houver mudança de director de turma e a caderneta do Professor que o próprio deverá preencher e entregar no final do ano lectivo, ao Coordenador de Disciplina que, após apreciação, fará a sua entrega ao Subdirector Pedagógico e sempre que se verifique mudança de professor, a caderneta deve ser devolvida ao Subdirector Pedagógico que fará a sua entrega ao novo professor.

Em suma, há que saber fazer com que a utilização dos instrumentos e das técnicas de avaliação sejam dóceis a tal ponto que seja possível racionalizá-lo no sentido de potencializar

o seu rigor e diminuir as dificuldades inerentes à sua utilização (baseado em «instrumentos de avaliação diversificar é preciso» cit. Vila Nova, E. 2001).

9. Avaliação e aprendizagem

Avaliar pressupõe aprender, uma vez que se avalia até que ponto as metas de aprendizagem propostas aos alunos são por estes alcançadas. Sendo duas partes integrantes do processo educativo a avaliação e a aprendizagem influenciam-se mutuamente. Com efeito, se por um lado, o resultado da avaliação traduz a aprendizagem realizada, por outro lado, o tipo de sistema de avaliação condiciona as actividades do aluno que, naturalmente, procura preparar-se para lhe dar resposta.

No processo de ensino/aprendizagem cuidadosamente planificado não se deve esquecer a função reguladora da avaliação, nem os procedimentos que garantam, à partida, a minimização da fiabilidade de julgamento que a avaliação implica. Como é consensualmente reconhecido, qualquer tipo de avaliação contextual ou psicométrica é sempre tendencialmente, mais ou menos subjectivo (Vila Nova, E. 2001). Entre os procedimentos que mais contribuem para melhorar o rigor da avaliação atenuando a sua subjectividade contam-se a definição clara dos objectivos e discussão dos critérios de sucesso com os alunos, tendo em vista a sua motivação. Na avaliação como na aprendizagem a avaliação é fundamental e põe em acção os mesmos princípios psicológicos defendendo que o estado de espírito é um elemento indispensável tanto na aprendizagem como na avaliação, ou seja, aprende-se melhor quando se compreendem e aceitam valores e metas de aprendizagem propostas da mesma maneira que se tem melhores resultados na avaliação se compreendem o seu fundamento e se está verdadeiramente motivado para ela (Fernandes D. s/d).

10. Avaliação e classificação

Medir não é avaliar. A mera obtenção de dados mediante uma prova objectiva ou qualquer outro método não é avaliação. A avaliação é um juízo de valor sobre os dados previamente obtidos, que constitui a medição. Cem quilos podem ser muito peso ou pode ser pouco, depende do que estamos pesando e para quê. Mas não poderemos saber se é pouco ou muito sem antes saber:

- O que estamos a pesar que são claramente os objectivos.
- Que o peso é exactamente de cem quilos que se refere a medição.

Por isso é necessário preparar bem as provas de rendimento escolar para que ajustem aos objectivos propostos, contenham uma amostragem razoavelmente ampla da matéria e possam corrigir-se com objectividade. Os dados obtidos permitirão fazer então uma avaliação correcta (Vallejo, P. 1979).

De acordo com as definições da avaliação anteriormente dadas neste presente documento, estamos aptos para dizer que os resultados da avaliação, em qualquer das modalidades referidas anteriormente traduzem-se em classificação do aluno e não só, que pode seguir a uma escala classificatória de muito bom quando o resultado é de 20 a 17 valores; bom quando de 16 a 14 valores; suficiente quando de 13 a 10 valores e finalmente insuficiente aos resultados inferiores a 10 valores, lembrando sempre que esses valores devem ser arredondados.

Sendo assim a classificação trimestral (CT) do aluno é fruto da soma de oitenta por cento da média aritmética dos dois testes sumativos (TS) realizados no decorrer do trimestre e de vinte por cento de outros elementos de avaliação (OEA) e expressa-se pela fórmula: $CT = 0,2 \times OEA + 0,8 \times TS$.

Nos últimos quatro anos de ensino no nosso país, passou-se a aplicar no final de cada disciplina anual e bianual no seu último ano de estudo as provas gerais internas e as provas gerais nacionais para aqueles que não tiveram uma classificação superior a catorze nas referidas disciplinas. Desta feita a classificação final (CF) resulta de um conjunto de somas dos testes dos três trimestres tendo o primeiro o peso de vinte e cinco porcentos, o segundo trinta e cinco e os terceiros quarenta porcentos. Assim segue a referida fórmula: $CA = 0,25 \times CT1 + 0,35 \times CT2 + 0,40 \times CT3$ (Decreto legislativo nº42/03/20).

Lucie Ribeiro e António Ribeiro (1990) dizem que pode haver avaliação sem classificação, mas caso contrário não seria possível uma vez que a avaliação é uma operação indispensável em qualquer momento do ensino aprendizagem. Acrescentam ainda que a avaliação é uma operação que prepara, acompanha e remata o processo ensino/ aprendizagem e que é o motor do seu constante aperfeiçoamento, pretendendo, em última análise, conduzir todos os alunos a um sucesso pleno no programa de estudos que seguem e que podem ou não ser alcançados. A classificação para tais autores transporta para uma escala de valores as informações proporcionadas pela avaliação, permitindo comparar os resultados e servindo de base às decisões relativas à promoção ou não dos alunos no sistema escolar. Pois a classificação é

uma formalidade exigida pelo sistema adoptado de promoção dos alunos que só poderá ser cumprida caso seja feita uma avaliação que poderá ser traduzida em valores.

11. Finalidade da Avaliação

O papel atribuído a avaliação em qualquer sistema educativo está eminentemente ligado às finalidades do próprio sistema. De acordo com Pedro Vallejo (1979) todo o professor ao começar o curso tem objectivos concretos. O ensino, os métodos didácticos empregados estão em função destes objectivos. Os métodos de ensino são uma hipótese de trabalho cuja validade devemos sempre ir comprovando. Mediante as provas escolares e os exames em geral, obtém-se os dados necessários para comprovar se alcançam os objectivos propostos, quem os alcança e em que grau. Esta é a função primordial da avaliação (idem).

Esta não é simplesmente aplicada ao aluno, mas sim aos objectivos propostos e aos métodos empregados para os atingir. A sua função não é apenas julgar o aluno mas sim avaliar todo processo de aprendizagem, incluindo a actividade do professor avalia fundamentalmente para averiguar os resultados obtidos; não é um fim mas sim um meio para aperfeiçoar todo o processo, controlando-o por meio dos resultados que se vão obtendo e comprovando (idem).

A avaliação não é o final de um processo, não é o assinalar de uma confusão. A avaliação está no centro de todo processo docente e deve ser de continua adaptação e aperfeiçoamento tanto nos objectivos como nos métodos empregados, sendo sempre necessário ir comprovando quem é que e até que ponto vai alcançando os objectivos (Ribeiro, L. & Ribeiro, A. 1990).

Não se pode esperar pelo fim para poder comprovar que nos equivocamos desde princípio ou que um grupo de alunos estagnou a meses e não se remediou tal situação a tempo.

A avaliação indica os resultados obtidos, os problemas que há por resolver, clarifica objectivos a alcançar, diagnostica necessidades concreta dos alunos, sugere novos métodos e materiais didácticos a utilizar, rediz resultados futuros e facilita a orientação vocacional, bem como motivar todos os professores e alunos para comprovar os resultados obtidos. Também é sua função, motivar o aluno e o professor uma vez que o êxito ou fracasso do aluno, dependem em grande parte dos exames e de todo tipo de provas efectuadas durante o curso. Por isso a avaliação depende do que o aluno estuda quando estuda e como o estuda. Os exames e avaliação determinam também o que o professor ensina e como o ensina. Esta é a razão pela qual a função motivadora depende do uso que se faça dela pois de um modo geral

motiva o êxito, não o fracasso, dá conveniência de incluir nas provas de avaliação objectivos que pelo menos em parte todos possam alcançar (Vallejo P.1979).

Para isso é necessário que a avaliação assuma capazmente a sua função de diagnóstico, e isso depende: da qualidade e frequência das provas, de como se classificam, do modo como se procede perante os erros individuais e das soluções que se adoptam perante os resultados. Eis a razão pela qual as funções da avaliação deveriam ser aplicadas de forma interdependente, ou seja, não poderiam ser empregadas isoladamente. Assim, a função diagnóstica só terá sentido se estiver referida como acção inicial do processo didático-pedagógico que serve para apontar o caminho a ser seguido no processo de ensino/aprendizagem, constantemente retro alimentado pelos dados da função formativa da avaliação para manter-se alinhado aos objectivos educacionais e, finalmente, para classificar os alunos segundo seu grau de aproveitamento dentro dos critérios estabelecidos de rendimento. Infelizmente, essa forma completa de avaliar é raramente empregada em nossa realidade educacional, tendo a avaliação um carácter meramente classificatório (Severo Santos, J. F. s/d).

De uma forma geral a avaliação tem as seguintes funções

- Clarificar objectivos;
- Identificar os problemas;
- Motivar e estimular alunos e professores;
- Sugerir novos métodos;
- Coordenar esforços bem como contribuir para previsão de resultados futuros e da supervisão do professorado.

12. O Conceito da qualidade de ensino

O termo Qualidade vem do latim *Qualitate*, e é utilizado em situações bem distintas. Por exemplo, quando se fala da qualidade de vida das pessoas de um país ou região, quando se fala da qualidade da água que se bebe ou do ar que se respira, quando se fala da qualidade do serviço prestado por uma determinada empresa, ou ainda quando se fala da qualidade de ensino. Como o termo tem diversas utilizações, o seu significado nem sempre é de definição clara e objectiva. Ela é pois um conceito complexo que depende de ambiente sócio-cultural, da época histórica e do contexto em que se desenvolve. O exemplo disso é que antigamente uma escola de qualidade era aquela em que um bom professor era aquele que reprovava muitos alunos. E de uma certa forma podemos afirmar que frequentemente mudaram os

conceitos, mas não mudaram as práticas, dado que este tipo de avaliação continua a fazer as suas raízes (Pesquisa Qualitativa, s/d).

A nível mundial a preocupação com a qualidade de ensino tem sua origem, em boa parte, em factores como absentismo, a relevância da aprendizagem dos alunos, no que se refere a sua preparação para exercer a cidadania de uma forma capaz numa sociedade democrática que se resume no seu todo em adaptação a um ambiente de globalização à escala planetária (Coll, C. 2003).

Em Cabo Verde há que se considerar algumas dimensões da qualidade da educação, como é o caso da relevância das aprendizagens e para as necessidades actuais e futuras da sociedade em que estes intervêm; a eficácia ou capacidade do sistema em fazer com que a totalidade dos alunos frequentem um nível de escolaridade no tempo previsto para tal; equidade, que implica mais apoio diferenciado, de acordo com as necessidades em vista e a eficiência ou a capacidade do sistema, em comparação com outros, atingir resultados superiores, com os mesmos ou menores recursos, uma vez que a eficácia não determina por se só a qualidade do ensino. Ela refere-se assim ao desenvolvimento global dos alunos e aos factores associados que contribuem para o seu progresso, enquanto que a qualidade é um conceito mais amplo que vincula a função da educação ao projecto político de cada nação ou território (Pesquisa qualitativa, s/d).

Para abordar a qualidade e a equidade do funcionamento das escolas, a eficácia escolar tem uma necessidade premente de interessar-se sobretudo pela relação entre os resultados educativos, basicamente o rendimento dos alunos, e pelas variáveis intra-escolares e contextuais que contribuem para tais resultados. A referida relação geralmente é estabelecida com base na análise quantitativa, que inclui os processos que ocorrem no interior da escola, sempre e quando são susceptíveis de serem medidos (idem).

O importante neste processo não está na quantidade de crianças que estão a frequentar a escola, mas sim na qualidade de ensino que se ministra nesta escola. Por outras palavras, as aprendizagens relevantes, ou seja, com um determinado grau de pertinência, que sejam duradouras e possam ser mobilizadas por elas para a resolução de problemas do seu dia a dia (Zacharias V. L. s/d).

12.1. Parâmetros para medir a qualidade

Como indicadores relativos aos factores ou aspectos da qualidade da escola, podemos referir ao Ambiente educativo que se referem às relações interpessoais existentes na escola¹¹; à prática pedagógica e avaliação das estratégias e recursos de ensino-aprendizagem, os processos de avaliação dos alunos, incluindo a auto-avaliação, e a avaliação dos profissionais da escola; ao ensino e aprendizagem da leitura e da escrita no que concerne a alfabetização dos alunos; à Gestão escolar democrática partilhando decisões bem como a relação custo-benefício da escola para que a transparência seja a palavra de ordem; à formação e condições de trabalho dos profissionais da escola¹²; ao espaço físico da escola e o acesso, permanência e sucesso na escola (Pesquisa Qualitativa, s/d).

Tendo em conta que um dos factores para garantir a qualidade está na avaliação, torna-se imperativa uma definição objectiva de valores claros que norteiam as ações educacionais. Por isso é fundamental que se aja de forma consistente para promover aquilo que se pretende avaliar. (Ribeiro, L. & Ribeiro, A. 1990).

A avaliação acompanha todo o processo educativo, está centrada na acção e antes dela no planeamento. Relativamente ao processo, o foco está no aluno e, por conseguinte na aprendizagem, sendo que se pode afirmar que *“escola de qualidade é aquela em que os alunos aprendem e se tornam melhores e mais competentes”*, e ainda que *“Escola de qualidade é aquela que oferece condições diferenciadas para os alunos que apresentam necessidades especiais”*, ou seja velando pela equidade (Pesquisa qualitativa, s/d).

A qualidade se constrói efectivamente na sala de aula e na escola, bem como na comunidade em que a escola está inserida, e à qual pertencem alunos e professores e com a qual constituem a comunidade educativa (Klein R. 2004).

¹¹ Estas se caracterizam ou não pelo respeito, alegria, amizade e solidariedade, disciplina, combate à discriminação e exercício dos direitos e deveres.

¹² Algumas formações aos professores no que dizem respeito a suficiência, assiduidade e estabilidade da equipa escolar.

Não se pode falar em escola de qualidade, aquela que não seja orientada pelos princípios da qualidade, assim como não se pode pensar em sistema de ensino de qualidade aquele cujos gestores não se orientem pelos mesmos princípios.

«A qualidade da educação é um dos aspectos da qualidade de vida» (Crahay, katz, Tietze et al.,1982), uma vez que a qualidade de vida em geral e qualidade de Educação em particular, surgiu para dar respostas às várias problemáticas sociais e familiares aos quais todos somos vulneráveis. Se por um lado, a qualidade de vida se acenta em três dimensões como condições de vida, o bem estar e os valores e as aspirações pessoais, a *«qualidade de educação diz respeito a critérios objectivos que tem a ver com o bem-estar físico, material e social das pessoas e também com os aspectos de natureza subjectiva, como por exemplo as representações que as pessoas têm acerca de qualidade, isto é, o modo como as pessoas sentem e pensam a qualidade»* (Bairão, J.1998).

Qualidade é um princípio, que deve permear todos os segmentos da sociedade, mediante o bem fazer, o fazer com responsabilidade em qualquer que seja a área de intervenção do cidadão, de todos os profissionais e todos os segmentos do governo e da administração(Coll, C. 2003). Sabendo todos que são passíveis de avaliação como já se referiu no início deste capítulo.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO E DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÃO DOMINGOS

1. Caracterização do concelho de São Domingos

1.1. Breve Historial

Crê-se que no ano de 1460, os portugueses descobriram as ilhas de Cabo Verde, tornando-as suas colónias. Por isso foi de direito a coroa portuguesa doá-las ao infante D. Fernando que por sua vez dividiu a ilha de Santiago em duas capitanias aos quais, ao Sul foi administrado pelo António da Nole, capitania da Ribeira grande, e ao Norte pelo Diogo Afonso, capitania de alcatrazes.

Ambas as capitanias se localizavam nas ribeiras que apresentavam melhores condições de habitabilidade. A sede da capitania de alcatrazes ficou concretamente na povoação de Nossa Senhora da Luz concelho de São Domingos. Com a decadência da vila de alcatrazes e a transferência da sede da capitania-donatária para a Baía da Praia de Santa Maria, nos primórdios do século XVI, o povoado reduziu-se a pequenos povoados. O único vestígio que podemos encontrar é a Igreja que é a actual Capela de Nossa Senhora da Luz e o mais antigo património Municipal com mais de quatrocentos e noventa anos (490) de existência.

.

No século XVII os jesuítas escolheram, vale de São Domingos para instalação de um colégio, cuja zona herdou o nome.

A existência de água neste vale justificou o desenvolvimento de culturas irrigadas e a construção da estrada que ligava a cidade da Praia ao concelho de Santa Catarina na metade

do século XX, fez da aldeia de São Domingos um eixo de importante circulação rodoviária da ilha.

No mesmo século o concelho de São Domingos foi criado pela lei nº96/IV/93 de 13 de Dezembro, abrangendo as freguesias de São Nicolau Tolentino e Nossa Senhora da Luz cuja entrada em vigor só foi possível a 13 de Março de 1994. Data esta que é sempre comemorada em grande estilo por todos os munícipes. Para além desta, também comemoram-se o dia da virgem das candeias ou candelárias, de Nossa Senhora da Luz, estrela-do-mar, entre outras festas de romarias e não só.

1.2- Contextualização Geográfica

O concelho de São Domingos localiza-se entre os Concelhos de Santa Cruz, São Lourenço dos Órgãos e a cidade da Praia. Fica a Sudeste da Ilha de Santiago, e é limitado no litoral pelo mar e estende-se no sentido Este-Oeste, desde a povoação de Praia Baixo até à zona de Loura como mostra o mapa abaixo. Este município tem uma extensão territorial de 134.6 km², com uma área que corresponde aproximadamente a 13,6% do território da ilha e a 3,3% do território nacional, que se alonga do litoral para o interior da ilha. No interior ficam vigentes montanhas com fortes pendências, incluindo inúmeras linhas de água em vales profundos e estreitos que se vão abrindo, formando zonas mais ou menos planas à medida que se aproximam do litoral. Disto também a designação da ribeira ou vila de São Domingos.

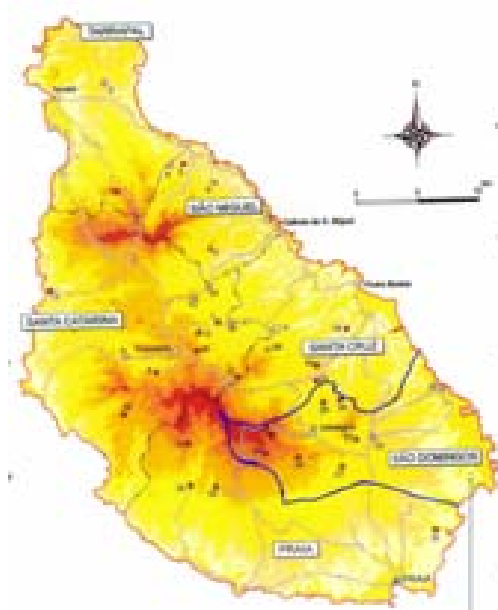


Fig. 1: Mapa da Ilha de Santiago realçando o concelho de São Domingos.

1.3 Caracterização da população residente

O concelho é constituído por 27 povoados que estão distribuídos pelas Freguesias de Nossa Senhora da Luz e de São Nicolau Tolentino.

De acordo com o censo 2000, o concelho de São Domingos contava com um total de 2417 agregados familiares correspondentes a um total de 13296 habitantes distribuídos em duas freguesias dos quais 4576 habitantes pertencem à freguesia de Nossa Senhora Da Luz, e 8720 à freguesia de São Nicolau Tolentino, contando com uma clara preponderância da população feminina de 6878 sobre a masculina de 2477 a nível municipal. Desse conjunto populacional 2671 habitantes são residentes em habitat urbano e 10625 em habitat rural, fazendo deste concelho um município puramente rural.

O concelho apresenta uma elevada dispersão populacional apesar de haver algum núcleo muito expressivo, como é o caso de Várzea da Igreja com 2070 habitantes, Água de Gato com 1157 habitantes, Rui Vaz com 880 habitantes, Praia Baixo com 850 habitantes, Ribeirão Chiqueiro com 662 habitantes e Praia Formosa com 660 habitantes.

O concelho apresenta uma densidade populacional de 96,6habitantes/km quadrado sendo a nacional de 108,6habitantes/km quadrados, de acordo com os factos podemos considerar que a população do referido concelho é essencialmente jovem e feminina. Factos que se explicam pelo aumento do crescimento natural e pela sobrevivida feminina na sua maioria.

1.4- Principais actividades socio-económicas do Concelho

A actividade agro-pecuária constitui um dos meios mais importantes para a sustentação do povo da ribeira de São Domingos. Com um total de 16.2% de terra arável neste concelho 91% do total da população dedica-se inteiramente a agricultura. Sendo 95% correspondente à agricultura de sequeiro praticado entre os meses de Junho e Outubro, em solos secos onde não há possibilidades de captar água para irrigação, e 5% à agricultura de regadio praticada ao longo do ano nas zonas onde existem reservas de água.

A pecuária constitui o garante e base da sustentação alimentar e financeira de muitos agregados familiares, porém o aumento da escassez e irregularidade das chuvas e consequente desaparecimento de zonas de pasto estão a diminuir a viabilidade no sector produtivo, passando esta actividade a responder apenas à sobrevivência doméstica.

A pesca é um outro sector de actividade que apresenta 65% da base económica das populações residentes no litoral do concelho. Esta contribui não só para a sustentação económica desses povoados, mas também para a sua própria dieta alimentar.

Por outro lado as indústrias, energias, construções civis, comércio, hotéis restaurantes, transportes comunicações serviços públicos que mais contribuem para o Produto Interno Bruto (PIB) são insignificantes ou praticamente nulos em São Domingos. O turismo está na sua fase de iniciação onde as zonas de Rui Vaz, Vale da Costa e de Praia Baixo têm uma forte procura que futuramente serão as zonas de expansão do Concelho.

2- Caracterização geral da Escola Secundária de São Domingos

2.1 Historial da Escola Secundária de São Domingos

A Escola Secundária de São Domingos fica localizada no Concelho de São Domingos, mais concretamente na Freguesia de São Nicolau Tolentino e iniciou a sua função no ano lectivo 1995/1996. Nesses primeiros anos lectivos a escola começou a funcionar sem oficialização nem espaço próprio, nas instalações do ex. – Ciclo Preparatório (Fig. 1), na localidade de Cutelo Branco, com 6 turmas, 12 professores, e 236 alunos, em que apenas foram leccionadas o 3º e 4º ano referentes aos antigos primeiro e segundo ano do curso geral.

Com uma localização acessível e consequentemente menor distância custo e distância tempo a população estudantil aumentou significativamente. Este facto fez com que no ano lectivo 1998/1999, fosse notório o excesso de alunos por sala de aula, revelando a urgência de se construir um novo espaço, com vista a dar resposta a uma procura cada vez maior.

No mesmo ano lectivo iniciou-se a construção de um novo edifício (Fig. 2), projectado em dois blocos, que graças ao financiamento do Governo de Cabo Verde, Cooperação Suiça e Câmara Municipal de São Domingos e sob a fiscalização do Ministério das Infra-estruturas e Transportes – MIT se tornou uma realidade. Dado à referida emergência de construção de um novo estabelecimento de ensino, no primeiro momento procedeu-se a edificação do bloco destinada às salas de aula e ficou por construir o segundo Bloco, destinado a Biblioteca, laboratórios, salas de informática, cantina, Direcção e afins.



Fig. 2: Ex. ESSD



Fig. 3: Actual ESSD

A oficialização da Escola só foi possível no ano seguinte ou seja, em Dezembro de 2000, que até então era pólo satélite do Liceu Domingos Ramos, facto que permite comprovar pelas heranças históricas deixadas através dos uniformes.

No ano lectivo 2001/02, a Escola foi transferida para o novo edifício, situado na localidade de Neta Gomes – «Fornadjona», e foi Inaugurada a vinte e dois de Março de dois mil e dois pelo então Ministro da Educação e Desportos.

A escola funcionou desde a data da inauguração até o ano lectivo 2006/ 2007 no único bloco construído visto que o bloco A que é um bloco puramente administrativo não tinha conhecido o seu real acabamento. Desta feita o bloco B passou a funcionar como uma escola no seu todo, com seis casas de banho e seis arrecadações, distribuídas em três pisos, sendo 23 salas destinadas às actividades lectivas. De entre outras 4 salas, uma funcionava como sala de informática, uma como secretaria e uma outra como sala de professores. Mas também temporariamente, este Bloco que não contemplava espaços administrativos, foi dotado de um espaço que acolhia os membros da Direcção e arrecadações pouco confortáveis para os contínuos.

2. 2 Caracterização geral da escola

A Escola actualmente tem uma população estudantil de 1898 alunos, sendo 513 do 7º ano, 399 do 8º ano, 352 do 9º ano, 252 do 10º ano, 186 do 11º e 196 do 12º, oriundos das mais diversas localidades do Concelho, desde o Concelho de São Lourenço dos Órgãos que, actualmente, conta com a construção de uma escola secundária, praticamente pronta para entrar em funcionamento no presente ano lectivo (2008/2009). É de se referir também que a escola conta com a colaboração de uma Direcção formada por uma Assembleia da Escola, Conselho Directivo, Comissão Instaladora da Associação dos Pais e/ ou Encarregados da

Educação, Associação dos estudantes, 90 professores sendo uma voluntária do corpo da paz e cerca de 21 funcionários.

2.3 Caracterização física da escola

A nível da sua estrutura formal, é constituída por dois Blocos, sendo um de dois pisos e o outro de três pisos. O bloco A, entrou em funcionamento no ano lectivo 2007/2008 e o bloco B, encontra-se em plena função desde Março de 2002 que se encontra muito bem preservado.

O **Bloco A**, bloco administrativo, é um bloco de dois pisos, e tem um total de 7 salas de aulas. Ele alberga os membros da Direcção, a Biblioteca, a cantina, os laboratórios, salas de informática, Associação de pais e encarregados da educação, Associação dos estudantes, Secretaria, Sala de professores, uma ampla sala de reuniões, Sala de desenhos, espaço destinado a atendimentos e um pátio.

O **Bloco B** por sua vez, tem 32 salas de aula, seis casas de banho e seis arrecadações, distribuídas em três pisos, estando todas elas em plena funcionalidade. O recinto escolar ficava numa área mais ou menos afastada e estava protegido por um “muro” (feito à base de tijolos e argamassa). Actualmente este recinto encontra-se isolado da escola, uma vez que no exacto momento encontra-se em plena construção de uma placa desportiva da própria escola. Na sua parte interior e não só, depara-se com uma área verde muito bem trabalhada e protegida, incluindo um horto escolar que serve de apoio à cantina escolar. Trata-se de projectos desenvolvidos pela subdirecção para os assuntos sociais e comunitários, a fim de oferecer uma refeição quente aos alunos mais carenciados e que são provenientes de zonas mais distantes.



Fig. 4: Bloco A

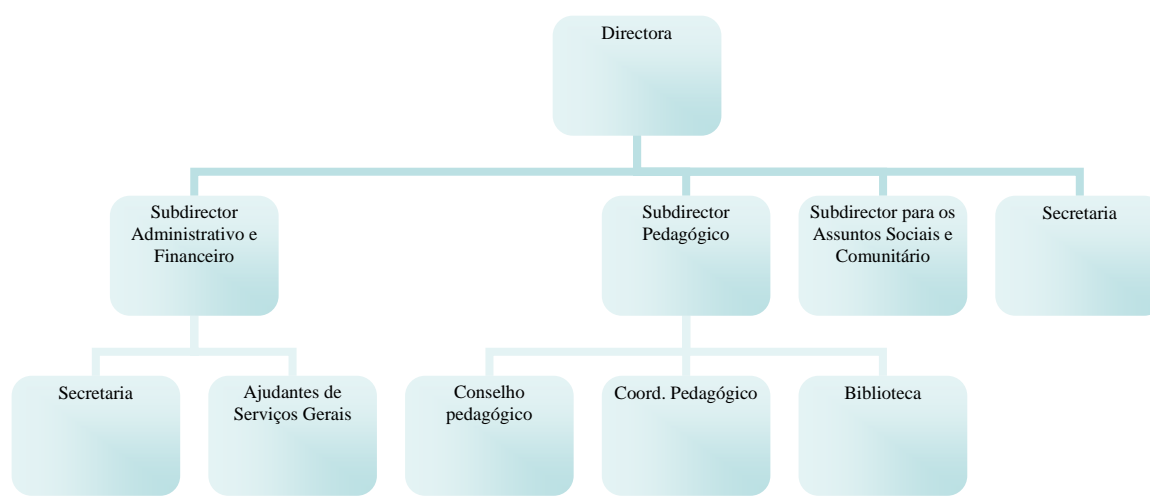


Fig. 5: Bloco B

Em termos de segurança a sua própria estrutura quadrada ajuda a controlar todas as saídas e entradas com portões de ferro. O ambiente interno é muito acolhedor uma vez que possui

espaços verdes muito agradáveis e bancos instalados ao longo dos corredores onde os alunos podem sentar-se e conversar nas ditas folgas ou intervalos, isto sem contar com uma vista deslumbrante na parte externa da escola, onde os alunos também podem conversar e inventar algum tipo de brincadeira. Quanto à sua estrutura administrativa, a escola segue o Decreto-lei nº20/2002 de 19 de Agosto. Como poderemos constatar a Directora encontra-se no mais alto cargo da escola. A ela estão ligados todos os subdirectores em que a secretaria e os ajudantes dos serviços gerais estão ligados ao subdirector administrativo e financeiro e ao subdirector pedagógico o conselho pedagógico, o coordenador pedagógico e a biblioteca. Para além desses que constam no decreto a escola conta com a presença de algumas comissões como a de manutenção conservação e higiene; a de informação e cultura; a de coordenação de disciplina e a de saúde e segurança social como podemos comprovar no organograma que a seguir se apresenta.

ORGANOGRAMA DA ESCOLA SECUNDÁRIA FULGÊNCIO TAVARES



Fonte: Escola Secundária de São Domingos

2.4 Recursos Humanos

Como recursos humanos esta escola conta com os dados dos alunos do ensino secundário que frequentam essa escola, com o quadro do pessoal docente, administrativo e não docente que trabalham em conjunto para garantir o bom funcionamento da mesma.

Analisando o primeiro quadro deste trabalho, podemos constatar que a Escola Secundária Fulgêncio Tavares conta com uma população estudantil de 1898 alunos, sendo a maioria deles

no 7º ano com um total de 513 alunos. Classe esta onde também se registrou o maior número de repetentes. De acordo com os dados disponibilizados pela mesma escola o número de alunos vem decrescendo desde o 7º ano de escolaridade até ao 11º ano.

No 12º acontece algo diferente, em vez de diminuir número de alunos, como acontece nos casos que acabamos de referir, ele aumenta ligeiramente, na ordem de dez alunos concretamente. Segundo a secretaria da escola Fulgêncio Tavares, este aumento justifica-se pela frequência dos finalistas do ano lectivo 2006/2007, que ao longo do processo ensino/aprendizagem não conseguiram fazer disciplinas como Português e Matemática, voltaram este ano para o efeito e foram considerados como efectivos do 12º Ano.

De acordo com os dados fornecidos pela escola, a maior parte dos alunos percorre 3 a 10km para chegar a escola e este constitui o principal motivo da mudança do horário escolar desta escola. Desde o ano passado que os alunos deixaram de entrar às aulas às 7:30 para entrarem às 8h visto que grande parte dos alunos são oriundos das mais diversas localidades do Concelho como já se referiu anteriormente pertencentes à famílias humildes, filhos de agricultores e pescadores, com um rendimento financeiro precário, com qualificações académicas relativamente baixa e a outra parte pertencente à classe média de pequenos comerciantes e pequenos proprietários e trabalhadores independentes. Estas são as condições que engrandecem cada vez mais a distancia tempo e distancia custo aos alunos, dificultando a e a assiduidade pontualidade dos mesmos na sala de aula.

Quadro I: número de alunos matriculados por anos de escolaridade e sexo

Ano estudos	Matricula	Total	Distancia em relação á escola (Km)		
] 0-3]] 3-10]] 10-...]
7º Ano	Total	513	127	255	144
	Rep	92			
8º Ano	Total	399	119	166	105
	Rep	54			
9º Ano	Total	352	123	142	83
	Rep	72			
10º Ano	Total	252	67	106	81
	Rep	30			
11º Ano	Total	186	76	86	22
	Rep	11			
12º Ano	Total	196	71	93	28
	Rep	29			
Total	Total	1898	583	848	463
	Rep	288			

Fonte: Escola Secundária de São Domingos

Como mostra o quadro II, a idade dos alunos está compreendida entre os onze (11) e os vinte e dois (22) anos. Deste modo os alunos com onze anos são todos do sétimo ano e os com 21 anos e mais são do décimo segundo ano de escolaridade

Quadro II: Distribuição de alunos por idade

Idade dos alunos	11 Anos	12 Anos	13 Anos	14 Anos	15 Anos	16 Anos	17 Anos	18 Anos	19 Anos	20 Anos	21 E +
Nº de alunos	2	183	282	352	305	315	232	141	57	23	6

Fonte: Escola Secundária de São Domingos

O quadro III dá-nos conta que as áreas leccionadas neste estabelecimento de ensino até a data são: Humanística, Económico e Social e Ciência e Tecnologia, sendo este último com maior número de alunos, e económico-social com menor número de alunos. Este facto se regista tanto no 11º como no 12º Ano de escolaridade nesta escola.

É de se dizer que nessa mesma escola para além destas áreas que acabamos de fazer referencia e que correspondem ao Ensino Secundário Geral, também o Tronco Comum é leccionado nesta escola no horário pós-laboral.

Quadro III: Distribuição de alunos por áreas de estudo

Áreas/ ano de estudo	Nº de alunos
11ºano Humanística	58
11ºano Económico-social	53
11ºano Ciência & Tecnologia	73
12ºano Humanística	63
12ºano Económico E Social	54
12ºano Ciência E Tecnologia	74

Fonte: Escola Secundária de São Domingos

Actualmente a escola tem 90 professores, sendo 51 deles pertencentes a escala de 5/C, 7 a escala de 7/A, 2 a escala 7/B, 1 a escala 7/C, 20 a escala 8/A, 1 a escala 8/B, 1 a escala 8/C e a 6 a escala de 9/A. Quanto à naturalidade, mais da metade desses professores pertencem ao Concelho de São Domingos e os restantes são de outros Concelhos como Praia, Santa Cruz, São Filipe, Mosteiros, Porto Novo, S. Nicolau, São Miguel, Tarrafal, Santa Catarina e até de outros países como Portugal, Guiné-Bissau e Estados Unidos de América.

São professores que na sua maioria possuem formação pedagógica, apenas 12 não a possui. No que diz respeito a habilitação literária dos professores, 1 tem ano zero, 1 tem curso médio, 28 está a frequentar o curso superior, 25 é habilitado com curso superior mas sem licenciatura

e 34 professores já são Licenciados. Quando confrontamos os números dos professores licenciados com o número de professores que se encontram na escala de 9/A, os licenciados são maiores, o que significa que nem todos os professores licenciados estão enquadrados na escala 9/A, isto porque nem todos os professores licenciados possuem formação pedagógica e alguns que já a possuem aguardam a reclassificação.

Para além destes noventa (90) professores que a escola alberga actualmente, este Ano Lectivo ela contou com mais três estagiários em Francês, todos estudantes do ISE.

Quadro IV: Distribuição de professores por habilitação literária

		Nº dos professores
Naturalidade	S. Domingos	55
	Praia	11
	Tarrafal	2
	Mosteiros	1
	Santa Cruz	10
	S. Filipe	1
	Porto Novo	2
	S. Miguel	2
	S. Nicolau	1
	Santa Catarina	2
	Portugal	1
	E.U.A	1
	Guiné-Bissau	1
Habilitação literária	Ano zero	1
	Curso Médio	1
	Frequência em curso superior	29
	Curso superior sem licenciatura	25
	Curso superior com licenciatura	34
Formação pedagógica	Sim	78
	Não	12
Categoria referência escala	5/C	51
	7/A	7
	7/B	2
	7/C	1
	8/A	20
	8/B	1
	8/C	1
	9/A	6

Fonte: Escola Secundária de São Domingos

A escola não funciona só com professores e alunos. Ela conta com a participação indispensável de serviços administrativos que neste caso são quatro, uma bibliotecária para o controlo dos manuais, doze auxiliares de limpeza para manter um ambiente limpo e saudável,

mas também cinco contínuos e três guardas para salvaguardar o respeito e a segurança do recinto escolar como mostra o quadro V.

Quadro V: Número de pessoal não docente

Designação	Quantidade
Serviços administrativos	4
Bibliotecária	1
Auxiliares de limpeza	12
Contínuos	5
Guardas	3

Fonte: Escola Secundária de São Domingos

2.5 Recursos Materiais

De acordo com a caracterização que fizemos da escola sabemos que ela tem em plena função 32 salas para actividades lectivas, uma sala de informática e 4 laboratórios cuja funcionalidade só foi possível este Ano Lectivo por falta de equipamentos necessários para o efeito. Todas elas são amplas, com uma óptima iluminação e um bom sistema de ventilação. É uma escola, bem preservada, não só pela postura conservadora da escola mas também de toda a comunidade. Quanto aos mobiliários, também encontram-se num bom estado apesar de serem provenientes do antigo estabelecimento de ensino, na sua maioria, visto que a escola recebeu-os nos anos anteriores para equipar três salas de aula, sem esquecer que estes são em número suficientes.

A escola possui de uma biblioteca com manuais diversificados, embora em número reduzido cobrem todas as áreas de ensino, com maior incidência para a área de línguas. Encontra-se em funcionamento desde Março de 2004, e constituiu uma das duas bibliotecas em funcionamento no Concelho. No entanto, materiais didáctico-pedagógico para as disciplinas práticas, como Física, Química, Matemática, Geografia, Ciências e áreas afins ficam muito a desejar. Os laboratórios e salas de desenho que se encontravam fechados por falta de equipamentos necessários começaram a funcionar neste Ano lectivo. Mas também a escola dispõe, uma data show, um retroprojector, um televisor, um vídeo, e alguns mapas.

Neste momento encontra-se em construção uma placa desportiva no recinto escolar, que poderá servir para práticas desportivas e não só, dado que é um espaço amplo e servirá muito bem para actividades de âmbito culturais da escola. Enquanto esperamos a sua concretização

a escola decidiu desde o ano lectivo passado, leccionar as aulas de Educação Física nas respectivas localidades, tornando mais acessível a assistência das aulas por parte dos alunos.



Fig. 6: Placa desportiva em construção.

De momento é urgente que a escola possua uma reprografia para suprir a necessidade urgente dos alunos e professores tirarem cópias. Antigamente este tipo de serviço era prestado na secretaria da própria escola, mas devido á ausência de fotocopiadoras, e a carência de manuais os alunos tem que percorrer alguma distância para poder usufruir desse bem.

CAPÍTULO III

ANÁLISE / DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

1-Análise/ discussão dos resultados do questionário aplicado aos alunos

Para a realização do presente trabalho, recorreremos às diversas metodologias no intuito de dar maior credibilidade e cientificidade a estudo. Uma delas foi a realização de um questionário aplicado a seis turmas dos alunos do terceiro ciclo da Escola Secundária Fulgêncio Tavares como actualmente é conhecido.

O questionário é composto por dez (10) grandes pontos, sendo as cinco primeiras de perguntas fechadas com a escala de resposta: *sim, não, a maioria das vezes e poucas vezes* e distribuem-se da seguinte forma: o primeiro ponto trata-se de dados de identificação e caracterização; o segundo sobre, dados de percepção sobre a avaliação, em que existem duas opções de resposta (sim e não); o terceiro relativamente a avaliação do processo ensino/aprendizagem; o quarto da auto – avaliação e avaliação dos professores feita pelos alunos e o quinto sobre os recursos materiais e do edifício escolar onde se estuda. Estas três últimas possuem quatro opções de respostas. Sim, a maioria das vezes (AMV), poucas vezes (PV) e Não.

As outras cinco são abertas, onde cada aluno pode redigir as respostas nos questionários. Os alunos podem dar as suas opiniões sobre a avaliação das aprendizagem em vários domínios, argumentar e concordar ou discordar da ideia de que as avaliações das aprendizagens sejam

feitas apenas através dos testes, mostrar os seus pontos de vista quanto à um ensino de qualidade, se um ensino de qualidade deve primar pela avaliação dos seus alunos e porquê. Por fim, os alunos têm a liberdade para fazer algumas considerações que acharem convenientes e adequadas ao estudo e dar algumas sugestões.

É de se referir que durante este processo tivemos alguns constrangimentos, mas nada que diminuísse a vontade e o prazer de trabalhar o tema em estudo. Graças a alguns professores este acto foi conseguido com sucesso, mesmo porque são professores estudantes, ou já foram estudantes e sabem do sacrifício que temos em fazer trabalhos deste género.

No que toca aos alunos, estes foram amáveis e souberam colaborar quase que na sua totalidade. De acordo com os resultados obtidos dos questionários realizados, pudemos constatar um certo desequilíbrio relativamente ao sexo dos alunos do terceiro ciclo desta escola. Os alunos do sexo feminino sobrepõe em aproximadamente 14% aos do sexo masculino. O mesmo facto se verifica no tocante ao ano de escolaridade. A percentagem dos alunos do 12º Ano (52,9%) são maiores dos que do 11º Ano (47,1%), mostrando, assim, uma discrepância de 14%, o que confirma os dados que, anteriormente, caracterizámos na escola, mais especificamente nos recursos humanos, em que estivemos a fazer referência a esse aumento dos alunos no último ano de escolaridade. Os dois gráficos seguintes espelham a analogia feita.

Gráfico I: sexo

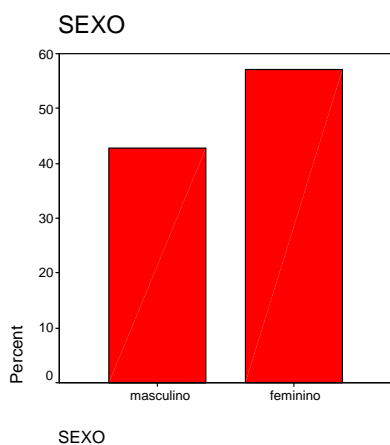
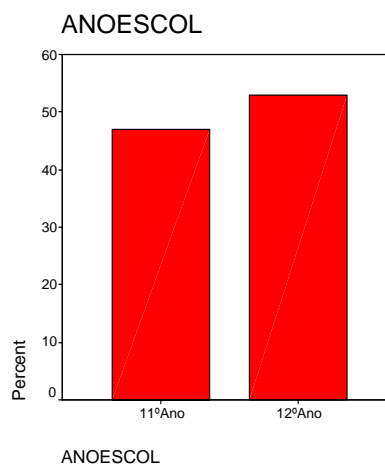


Gráfico II: Ano de escolaridade



Esses alunos são na sua maioria do concelho de São Domingos (aproximadamente 63,7%), embora de localidades relativamente distantes, Fontes, Banana, Chaminé, Mendes Faleiro Rendeiro em que têm de percorrer 3 a 10 Kms de distância para chegar a escola muitas vezes

a pé. Apenas 36,3% são de outros concelhos como São Lourenço dos Órgãos e para se chegarem à escola deverão utilizar viaturas para o efeito. O sexto quadro deste trabalho confirmará a análise que acabamos de fazer.

Quadro VI: Local de residência dos alunos

LOCRESID		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	São Domingos	72	60,5	63,7	63,7
	outros	41	34,5	36,3	100,0
	Total	113	95,0	100,0	
Missing	System	6	5,0		
Total		119	100,0		

No gráfico seguinte podemos constatar que, num total de cento e dezoito (118) questionários respondidos, a metade dos inquiridos concordam com a definição de que a avaliação *é testar se os métodos e as técnicas estão a ser aplicados correctamente*, bem como se *os objectivos escolares estão a ser devidamente cumpridos*. Aqui podemos constatar que os inqueridos não se limitaram a dar relevância apenas aos objectivos curriculares como Tyler (1949) e Josefa (2004-2005) que quiseram mostrar a sua utilidade dentro do processo pedagógico, mas sim, apontar a outra vertente que é a aplicação dos métodos e das técnicas dentro do mesmo processo. Em relação às modalidades de avaliação, pode verificar-se que 77,9% dos alunos já as conhecem e são utilizadas pelos professores. De acordo com os resultados, podemos afirmar que os alunos já possuem uma visão moderada do processo de avaliação das aprendizagens, o que significa que já é prática corrente dos professores o recurso às diversas modalidades de avaliação previstas no sistema nacional de avaliação das aprendizagens.

Gráfico III: Conceito de avaliação

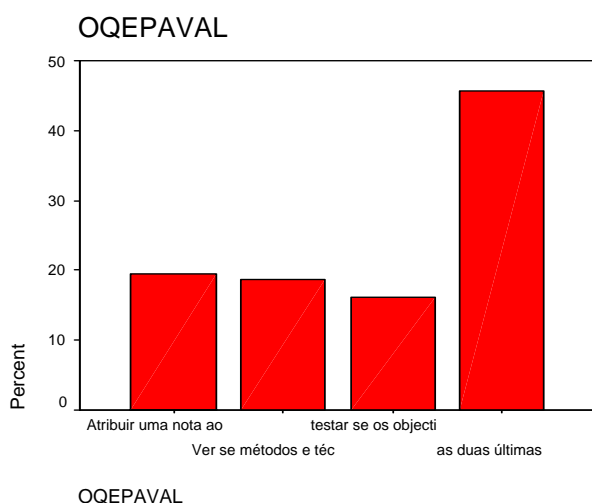
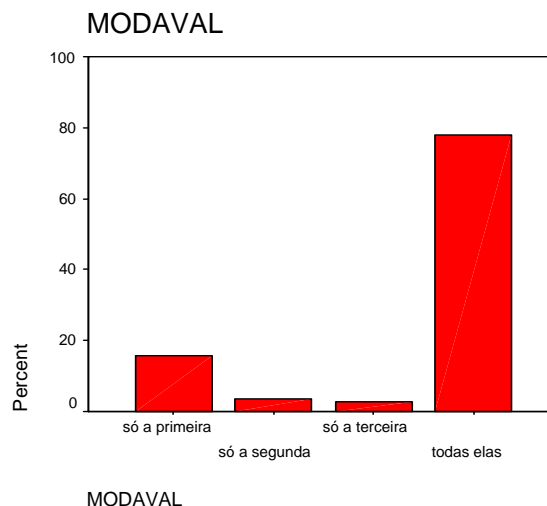


Gráfico IV: conhecimento das modalidades de avaliação.



Quando se fala de conhecimento ou não da fórmula para determinar a classificação, mais de 80% dos inquiridos já a conhece, embora uma percentagem significativa de alunos (41,9%) ainda não conheça o Decreto-lei sobre a avaliação no ensino secundário, como mostram os quadros seguintes.

Quadro VII: Conhecimento da fórmula para determinar a classificação trimestral e final

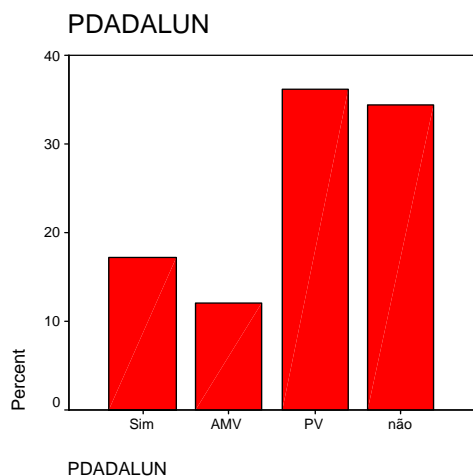
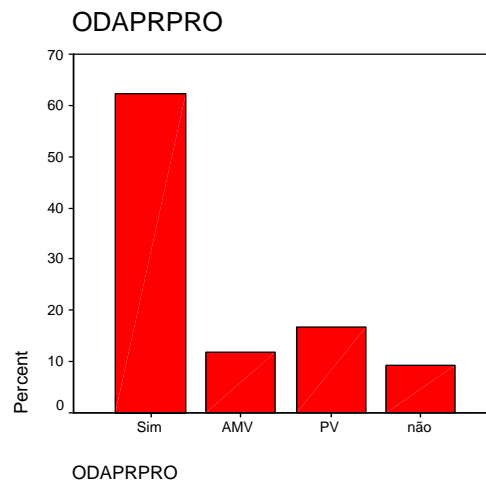
FORCLAST					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não	23	19,3	19,5	19,5
	sim	95	79,8	80,5	100,0
	Total	118	99,2	100,0	
Missing	System	1	,8		
Total		119	100,0		

Quadro VIII: conhecimento do Decreto-Lei sobre a avaliação no Ensino Secundário

DECRELEI					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não	44	37,0	41,9	41,9
	sim	61	51,3	58,1	100,0
	Total	105	88,2	100,0	
Missing	System	14	11,8		
Total		119	100,0		

Num terceiro ponto do nosso questionário quisemos perceber como é visto o processo ensino/aprendizagem pelos alunos. Podemos constatar que os programas das disciplinas muitas vezes não são apresentados aos alunos, mas em contrapartida os objectivos de cada uma delas são do conhecimento de todos, como se pode verificar nos dois quadros abaixo.

Este é um facto que reforça a ideia de Elisa Vila Nova (2001) encontrada no primeiro capítulo deste trabalho sobre a forma de avaliar os alunos, onde ela defende que os mesmos, devem conhecer os aspectos em que vão ser avaliados e discutir os objectivos de modo a clarificar aquilo que se pretende com a realização das várias actividades de aprendizagem. Segundo a mesma esta constitui uma estratégia de acumulação de esforços na consecução desses objectivos, favorecendo a relação entre o professor e o aluno.

Gráfico V: Apresentação dos programas**Gráfico VI: Apresentação dos objectivos escolares**

Na mesma linha podemos ver que os objectivos escolares adequam-se com os conteúdos abordados na sala de aula e estes proporcionam a relação entre a teoria e a prática. Pressupondo, assim, que as aulas estejam na sua quase totalidade de acordo com os objectivos curriculares. É de realçar também que nesta escola os objectivos constituem pontos de referência durante o processo de ensino /aprendizagem, segundo os dados analisados.

Quadro IX: Correspondência entre os conteúdos e os objectivos da disciplina**CASAAODI**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	78	65,5	66,7	66,7
	AMV	31	26,1	26,5	93,2
	PV	4	3,4	3,4	96,6
	não	4	3,4	3,4	100,0
	Total	117	98,3	100,0	
Missing	System	2	1,7		
Total		119	100,0		

Quadro X: os conteúdos abordados na sua relação com a teoria e a prática do mesmo**CAPRELTP**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	34	28,6	30,6	30,6
	AMV	31	26,1	27,9	58,6
	PV	29	24,4	26,1	84,7
	não	17	14,3	15,3	100,0
	Total	111	93,3	100,0	
Missing	System	8	6,7		
Total		119	100,0		

No tocante às metodologias utilizadas nas disciplinas podemos afirmar que estes favorecem o ensino aprendizagem, 52,3% sim contra 28,8% AMV, assim como os instrumentos utilizados

avaliam o conhecimento dos alunos sobre os conteúdos das disciplinas (37,5% sim e 24,1% AMV). O que mostra uma certa compatibilidade das respostas aos questionários, como poderemos confirmar com os dados dos quadros que serão apresentados em seguida.

Quadro XI: metodologia utilizada na disciplina

MUDFEAPR

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	58	48,7	52,3	52,3
	AMV	32	26,9	28,8	81,1
	PV	17	14,3	15,3	96,4
	não	4	3,4	3,6	100,0
	Total	111	93,3	100,0	
Missing	System	8	6,7		
Total		119	100,0		

Quadro XII: Os instrumentos utilizados

IUAMCSCD

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	42	35,3	37,5	37,5
	AMV	27	22,7	24,1	61,6
	PV	30	25,2	26,8	88,4
	não	13	10,9	11,6	100,0
	Total	112	94,1	100,0	
Missing	System	7	5,9		
Total		119	100,0		

Contrariamente aos dados anteriores podemos verificar que 30,4% dos alunos afirmam poucas vezes e 23,2% não são incentivados nas conclusões das aulas e na discussão dos resultados dos testes, o que nos parece contraditório quando analisamos os dados do quadro que se segue.

Quadro XIII: Oportunidade de participação na discussão dos resultados e nas conclusões das aulas

SIDRCATP

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	28	23,5	25,0	25,0
	AMV	24	20,2	21,4	46,4
	PV	34	28,6	30,4	76,8
	não	26	21,8	23,2	100,0
	Total	112	94,1	100,0	
Missing	System	7	5,9		
Total		119	100,0		

Se os dados anteriores mostram-nos um relativo descontentamento dos alunos em relação à oportunidade de participação na discussão dos resultados e nas conclusões das aulas, ao menos quanto as avaliações, os alunos mostraram-se mais satisfeitos, uma vez que estas são coerentes com os objectivos propostos e mostram até um determinado ponto a compatibilidade com o conteúdo que se lecciona neste estabelecimento de ensino. Mesmo

porque como que já tínhamos referido na análise do quadro IX, os objectivos constituem pontos importantes a serem seguidos nesta escola. Dai que também seria sensato dizer que os alunos são avaliados de acordo com os conteúdos apresentados na sala de aula.

Quando estivemos a falar sobre a avaliação e os objectivos, dentro do primeiro capítulo vimos que autores como, Bloom, Hastings, e Madaus (1971), defendem que a avaliação deve indicar a relação estabelecida entre esta e os objectivos educacionais, enquanto que Elisa Vila Nova (2001) afirma que os objectivos pedagógicos constituem a razão de ser da avaliação e por isso deverão ser determinados mesmo antes da própria avaliação

Neste sentido podemos dizer que este estudo corrobora com a opinião de Grounlud (1971) cit. António Ribeiro & Lucie Ribeiro (1990) afirma que os objectivos educacionais representam metas em relação aos quais os alunos vão progredindo. Por isso, quando bem formulados, servem não só para orientar o professor e ajudá-lo a seleccionar o material apropriado, mas também para transmitir melhor a mensagem aos alunos e orientar-se melhor no seu trabalho, visto que assim sabem exactamente o que é que se pretende que eles saibam (Ribeiro, A. & Ribeiro, L. 1999).

Gráfico VII: Avaliação e os objectivos abordados na sala de aula.

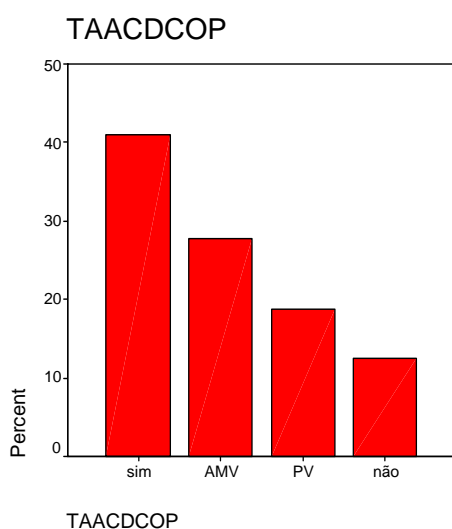
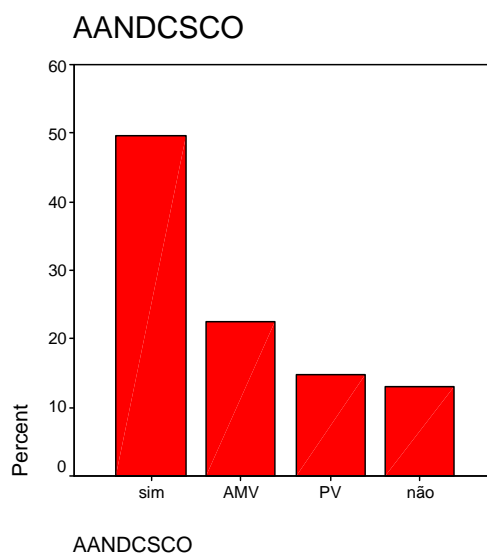


Gráfico VIII: Avaliação e os conteúdos escolares.



Procuramos também neste estudo analisar a auto-avaliação e a avaliação dos professores feita pelos alunos. De acordo com os gráficos IX e X, pudemos constatar que os alunos se consideram estudiosos, apresentando um bom desempenho escolar no processo ensino/aprendizagem. Este tipo de avaliação só é possível quando existe uma colaboração activa na avaliação entre o aluno e o professor. Desta forma o aluno consegue formular um juízo o seu próprio acto, reflectir sobre os próprios erros e dificuldades e reconhecer os progressos realizados (Vila Nova, E. 2001).

Gráfico IX: Estudo dos alunos

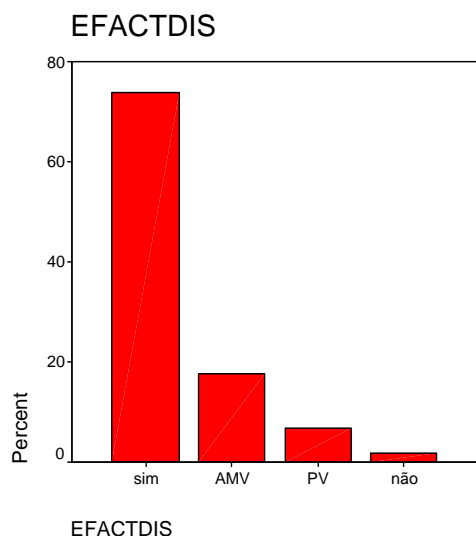
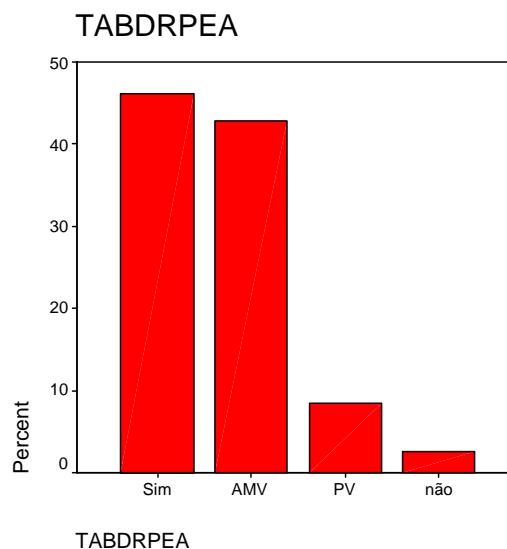


Gráfico X: Apresentação do desempenho escolar

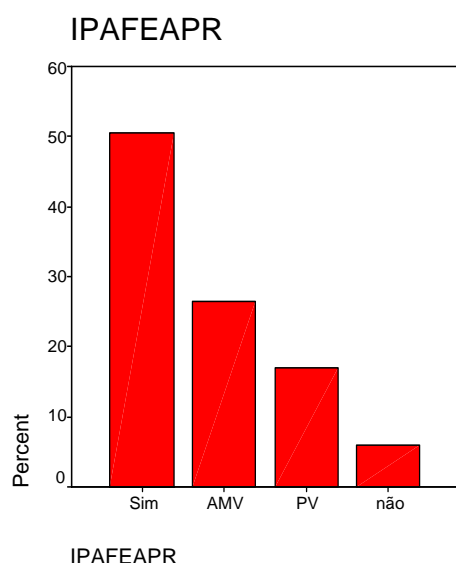
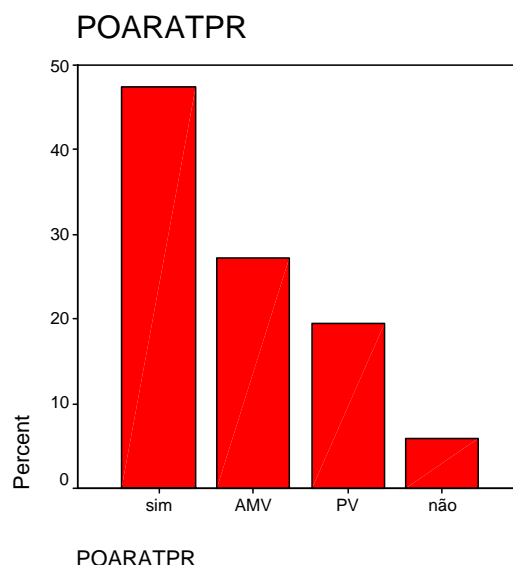


Da análise dos dados do quadro XIV, nota-se que mais da metade dos inquiridos demonstraram haver conexão entre os conteúdos abordados nas aulas e os factos conhecidos, o que é de esperar no processo ensino/aprendizagem, uma vez que demonstra o interesse e a pertinência dos conteúdos em estudo.

Quadro XIV: Relação entre os conteúdos e a realidade conhecida

PERCDCFP					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	29	24,4	24,8	24,8
	AMV	38	31,9	32,5	57,3
	PV	39	32,8	33,3	90,6
	não	11	9,2	9,4	100,0
	Total	117	98,3	100,0	
Missing	System	2	1,7		
Total		119	100,0		

O resultado dos gráficos XI e XII confirmam que na escola existe um laço familiar entre os alunos e os professores, já que estes últimos exercem um papel de orientador dos seus aprendizados, na realização das actividades teórico – práticas. Subentendidamente a Escola Secundária Fulgêncio Tavares é tida como um “lar” onde todos se entendem num ambiente pedagógico.

Gráfico XI: Interação professor e aluno**Gráfico XII: Orientação dos alunos pelos professores na realização das actividades**

No quadro que se segue, constatamos que 38,5 dos alunos são incentivados a participar nas aulas, 28,2 afirma que este facto acontece em maioria dos casos contra 29,1% que diz poucas vezes serem incentivados e 4,3% não estar a ser incentivado. Esses são dados que contradizem a versão anterior em que praticamente 54% dos inquiridos afirmam falta de oportunidades de participação nas conclusões das aulas e nos resultados dos testes.

Quadro XV: Incentivo para participar na aula

NDTSIPEI					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	45	37,8	38,5	38,5
	AMV	33	27,7	28,2	66,7
	PV	34	28,6	29,1	95,7
	não	5	4,2	4,3	100,0
	Total	117	98,3	100,0	
Missing	System	2	1,7		
Total		119	100,0		

Analisando o quinto e último ponto, dentro das respostas do tipo fechadas, uma clara contradição se verifica logo à partida. Exactamente a mesma percentagem (31,3%) dos alunos consideram que os materiais disponíveis permitem acompanhar as aulas sem sobressaltos e 31,3% afirmam que poucas vezes os materiais disponíveis permitem acompanhar as aulas sem sobressaltos. Facto que se explicava pela falta de equipamentos dos laboratórios, e a insuficiência de computadores, até a data da aplicação dos inquéritos, que davam resposta às

demandas e entre outros aspectos que estivemos a analisar quando caracterizamos a escola quanto aos recursos materiais disponíveis.

Da mesma forma uma percentagem significativa dos alunos (47,4%) considera que o espaço físico do recinto escolar da escola não favorece a realização das aulas teórico-práticas, apesar deste possuir uma boa posição geográfica, possuir um espaço amplo e adequado à realização de várias actividades. Pensamos que seria necessário alguma experiência caso não tenha sido feita, para os alunos se aperceberem das potencialidades que a escola possui em âmbitos diversificados.

Gráfico XIII: Disponibilidade dos materiais

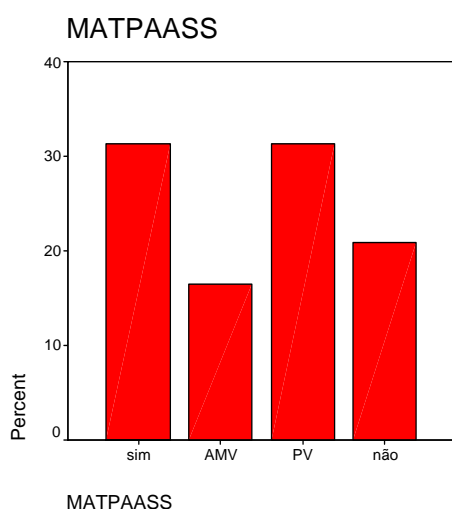
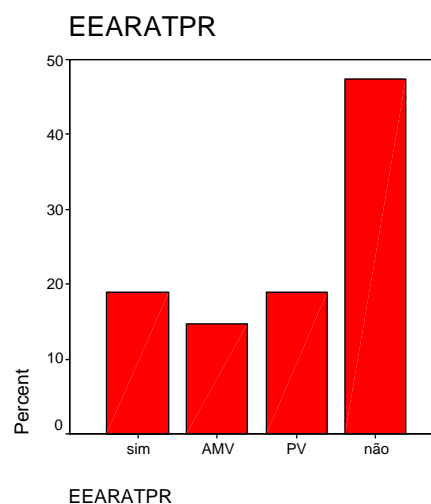


Gráfico XIV: Espaço físico e o recinto escolar na prática das aulas



Os dados do gráfico XV são reveladores de uma certa insatisfação por parte dos alunos quanto ao livre acesso aos materiais didáctico-pedagógicos e da Internet. 49,1% dos alunos comungam da opinião que poucas vezes existe um livre acesso aos materiais quando necessários e 86,7% não tem livre acesso a Internet.

Gráfico XV: Acesso dos materiais didáctico Pedagógicos.

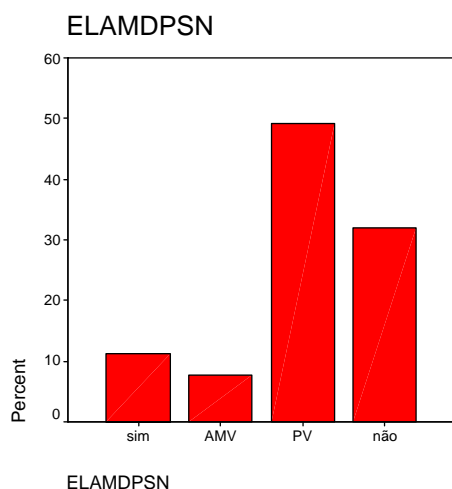
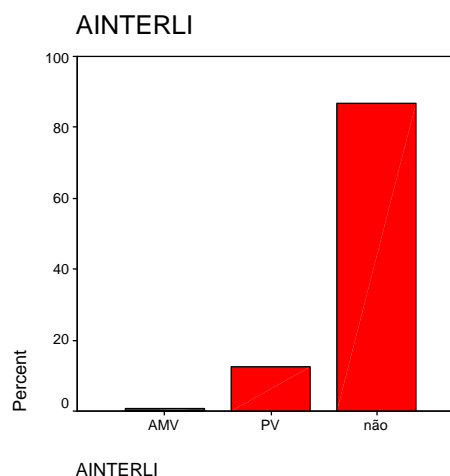


Gráfico XVI: Livre acesso a Internet



2. Análise/ discussão dos resultados das perguntas abertas do questionário aplicado aos alunos

No sexto ponto do questionário pedimos opiniões aos alunos quanto à avaliação das aprendizagens e estes definem-na como «*meios para mostrar as nossas qualidades de aprendizagem e ver se os métodos utilizados são eficazes*» (aluno do 12º Ano H1), dados que coraboram com Josefa (2005) considerando como parte integrante do processo ensino aprendizagem possibilita diagnosticar as insuficiências e as dificuldades ao nível da aprendizagem dos alunos, visando a melhoria da qualidade de ensino.

Quanto à sua utilidade, afirmam que a avaliação «*serve não só para atribuir uma nota ao aluno, mas também acompanhar o seu desempenho*» (aluno do 12º Ano ES1), ajudando-o a organizar os seus estudos e a ter um conhecimento científico do mundo globalizado em que hoje se vive.

Devemos ainda realçar que os alunos foram unânimes de que este tipo de avaliação deve ser feito pelos professores que avaliam os seus alunos, de acordo com o desempenho escolar de cada um, através de alguns trabalhos como o resumo de cada aula dada, apresentação dos trabalhos individuais e de grupo, prática dos conteúdos e participação na sala de aula. No fundo, permite «*observar o carácter e a capacidade dos alunos para além dos testes. Assim, o aluno esforça-se mais nos estudos, com a ideia de alcançar o seu objectivo*», que é ser sempre melhor e atingir os objectivos da aprendizagem (aluno do 11º Ano ES1).

Das opiniões aqui recolhidas podemos ver que os alunos mostraram que deve haver uma certa distribuição das responsabilidades. Consideram, igualmente, que se deve tirar bom aproveitamento da avaliação das aprendizagens, não só por parte dos alunos, mais também dos professores uma vez que *«a avaliação visa garantir um bom funcionamento e acompanhamento das matérias por parte dos alunos e dá ao professor, a possibilidade de conhecer se as mesmas estão a ser bem aproveitadas por parte dos alunos»* (alunos do 11º Ano, turma H1). Dentro deste mesmo trecho recordamos a ideia de Josefa (2005) em que mostra a avaliação como «bússola» dentro do processo de educação, dando a todos os intervenientes as devidas informações sobre a avaliação das aprendizagens.

Cientes da utilidade que avaliação das aprendizagens tem no processo de ensino com qualidade, os alunos apelam pelo seguimento das leis e regras estabelecidas pelo Ministério da Educação para que estes possam ser avaliados de acordo com as suas capacidades de aprendizagem, dando, assim, ao professor um ponto de vista quanto ao ensino que se faz nesta escola e dá aos alunos o *feedback* da sua aprendizagem.

Voltando a questão da avaliação um inquirido afirma: *«a avaliação das aprendizagens é o melhor método para seguir a aprendizagem dos alunos.»* (aluno do 12º Ano, da turma H1).

Na opinião dos inquiridos, a avaliação das aprendizagens deve ser feita para além dos testes. Aham que os professores devem recorrer a outros métodos de avaliação como a observação do comportamento do aluno, a participação e o desempenho na sala de aula, a assiduidade, aos debates, e entre outros capazes de demonstrar a capacidade, a inteligência e a competência do aluno. Defendem que *«a avaliação deve ser contínua ao longo das aulas.»* (aluno do 11º Ano CT1). Nestes aspectos *«... os testes deveriam ser secundários, dado que estes não avaliam, na totalidade, o desempenho do aluno, as suas capacidades mentais da aprendizagem.»*.

Independentemente dos aspectos supracitados, existe um outro inconveniente que são as cábulas. *«...Se as avaliações fossem feitas apenas com teste eu não viria as aulas, viria apenas no dia dos testes...»* (aluno do 12º Ano CT1) e *«...teríamos muitos bons alunos por causa das cábulas»* (alunos do 11º Ano CT1). Estas são apenas reflexos de alguns alunos que fazem questão de não esconderem um dos maiores riscos que se corre hoje quando um aluno só é avaliado através do resultado das provas. Em todo o caso, os testes de conhecimento e de

aptidões são abordados com uma certa tenção não só por parte dos alunos, mas também dos familiares. Da mesma forma podemos constatar que o êxito escolar condiciona o próprio êxito social e material, (Landsheere, G. 1976). Portanto é evidente a responsabilidade que cada aluno tem sobre a sua pessoa. Eis uma das razões porque defendem uma avaliação contínua ao longo do ano lectivo. Assim seria mais fácil corresponder as expectativas da escola, da família e da própria sociedade. Podemos também referir um outro exemplo dessa inconveniência. Os dias dos testes podem coincidir com um momento em que os alunos passam por problemas familiares ou *stress*. Este último, pode verificar-se, tanto por parte dos alunos quanto por parte de todos os intervenientes no processo ensino/ aprendizagem (idem), principalmente quando se trata de testes com carácter decisivo, como teste sumativo.

No que concerne a um ensino de qualidade os alunos apontam alguns aspectos cruciais como a disponibilidade de materiais didácticos, aplicação de um bom método de estudo concorrente com o conteúdo, uso de instrumentos adequados para compreensão da matéria, competência da escola e do professor em particular, esforço e estudo por parte dos alunos, acesso a Internet, bons livros, computador e professores capazes de incentivar e orientar os alunos na sala de aula.

Os alunos do 11º Ano inquiridos acreditam que para o ensino ser de qualidade, basta o aluno fazer o seu papel bem feito, estudar, fazer muitos trabalhos práticos, ser curioso a ponto de não ficar somente com o conhecimento que o professor lhe transmite. Cremos que da parte dos alunos deve-se exigir muito mais, como por exemplo ser activo e participativo, interessado e dedicado aos estudos mais do que qualquer outro interveniente do processo educativo, uma vez que eles constituem a razão da existência de qualquer escola.

Quanto aos professores, estes acham que devem acompanhar mais de perto os alunos, preocupando-se não somente em *dar aulas*, mas em compreender os problemas dos alunos. Porém, só isso não é suficiente, pois é útil que os docentes «...tenham a mestria de ensinar com clareza, dar os alunos mais conhecimentos práticos de que teóricos, ter mais paciência, exigir mais dos pré-universitários, proporcionar a participação dos alunos discussão dos resultados dos testes e fundamentalmente ter amor à profissão, respeitar os colegas e, sobretudo, os alunos, explicando a matéria de uma forma cristalina.» Consideram que tanto por parte dos professores como de todos os intervenientes da escola, é necessário que haja um respeito mútuo e que cada um saiba cumprir com os seus deveres e direitos. Pois «um ensino

de qualidade é aquela que oferece todos os meios de aprendizagens, bons professores que incentivam o estudo dos alunos, boas condições de equipamentos e materiais...» (alunos 11º Ano H1) *«... quer didácticos quer pedagógicos sempre que necessários.»* (alunos 11º Ano CT1).

De um modo geral *«...é ter um espaço que permite o conforto do aluno, ter professores formados e de qualidades em cada áreas ou disciplina que lecciona, possuir todos os métodos que deverão ser usados nas aulas teórico-práticas e ter o aluno no centro das atenções...»* (Alunos 12º Ano ES1).

Os alunos concordam que um ensino de qualidade deve primar pela avaliação dos resultados escolares porque, *«qualquer sistema de ensino deve aferir a qualidade intelectual dos seus alunos.»* (alunos 11º Ano ES1). Importa ainda subscrever que *«é através da avaliação que se vê a qualidade de um aluno.»*. De uma certa forma, a avaliação constitui uma motivação para os alunos, sendo certo que *«... só quando há testes é que surgem dúvidas, portanto são os próprios alunos que ganham com a avaliação»* (alunos 12º Ano ES1).

Por outro lado afirma que é *«...através da avaliação que se vê o real estado de aprendizagem dos alunos, se o aluno assimilou a matéria e se os objectivos estão a ser alcançados»* (Alunos do 12º Ano H1). Aqui os alunos dão maior relevância aos testes, mas é importante lembrar que estes não constituem os únicos elementos capazes de avaliar o conhecimento dos alunos e que a avaliação não se resume a uma mera classificação dos testes. A classificação refere-se particularmente à atribuição de notas enquanto que a avaliação é mais ampla e abrangente, incluindo a própria classificação. Portanto, acrescentado aos testes, encontramos outros elementos como as mudanças de comportamentos, de atitudes, dos actos e da forma de pensar que constituem aspectos relevantes na avaliação do ensino.

Durante a análise dos dados encontramos alguns exemplos e respostas em simultâneos que se encaixam à questão levantada e decidimos citar aquele que consideramos mais significativo: *«Se os alunos tiverem uma média de 80% de positivas, acho que representa um ensino de qualidade»* (alunos do 11º Ano ES1). No entanto, essa qualidade só tem um real sentido, caso essa média seja conseguida com análises dos resultados não somente através dos testes escritos, mas também através de outros elementos de avaliação e instrumentos mais adequados possíveis para se chegar a esse resultado. Mas também a equidade, eficiência e

eficácia não podem ser esquecidas. São essas as três componentes que se enquadram com rigor dentro da qualidade de ensino.

Em suma, voltamos a citar a mesma frase de César Coll (2003), definindo a qualidade na educação como a *“capacidade do sistema educativo de adequar as trajetórias pessoais e profissionais dos alunos às necessidades da ordem socioeconómica imperante, com uma preocupação especial de seleccionar e a promover os alunos a ocuparem postos de maior responsabilidade”*. Isto quer dizer que a qualidade de ensino deve ser alcançada paulatinamente com os fins a longo prazo.

3.Síntese conclusiva do inquérito aplicado aos alunos

Assim como existem grandes desigualdades em termos de distribuição da população a nível mundial, também os desequilíbrios mais ou menos acentuados na distribuição dos sexos é uma realidade que podemos constatar tanto a nível planetário, quanto a nível de um estabelecimento de ensino. Em São Domingos este facto e a sobreposição dos alunos do 12º Ano aos do 11º Ano constata-se na ordem dos 14% aproximadamente. São realidades encaradas com uma certa naturalidade, o que mostra a promoção da igualdade do género e uma certa flexibilidade da escola quanto aos finalistas do ano lectivo anterior, uma vez que este aumento se justifica pelas suas presenças.

Da análise dos inquéritos vê-se que os alunos já têm uma visão clara e objectiva do termo avaliação da aprendizagem, já conhecem praticamente todas as modalidades de avaliação, a sua maioria conhece a fórmula para determinar as classificações trimestrais e anuais apesar de uma percentagem significativa não conhecer o decreto-lei sobre a avaliação no Ensino Secundário. Já possuem uma ideia positiva do tipo de ensino que se ministra nesta escola, afirmando estarem a ser incentivados a participar nas aulas, mas não nas discussões das mesmas e dos resultados dos testes. Por essa razão são sugestivos quanto a outros elementos de avaliação a recorrer para além daqueles que segundo os mesmos costumam ser utilizados.

Mas também da análise dos dados percebemos que os alunos reconhecem a utilidade da avaliação dentro do processo ensino/aprendizagem, possuem uma ideia formulada quanto a necessidade de uma avaliação dentro de um ensino de qualidade. Segundo estes a avaliação é indissociável a um ensino de qualidade, visto que, esta constitui a melhor forma de testar os conhecimentos dos alunos e como tal deve ser contínua durante o ano Lectivo. Por

consequente, reafirma a ideia anterior que a avaliação é um dos factores que garantem a qualidade de ensino, acompanha todo o processo educativo e é impossível falar de um ensino de qualidade onde não exista uma orientação para seguir os mesmos princípios (Pesquisa Qualitativa, s/d).

A orientação referida na pesquisa qualitativa, de acordo com a opinião dos alunos se relaciona com condições humanas que consideram satisfatórios e materiais didáticos e pedagógicos insuficientes para o efeito. Mas também acrescentam que o espaço físico da escola não é aconselhável à realização de aulas teórico/práticas bem como a falta de acesso a internet que dificulta de alguma forma o processo. Para finalizar, só nos resta dizer que de uma forma geral os alunos mostraram conhecer a avaliação das aprendizagens em vários domínios, principalmente relacionada à qualidade de ensino. As suas opiniões são concensuais, enriquecedoras e não diferem em muito de alguns autores quando falam dos objectivos dentro da avaliação, dos outros elementos de avaliação e da própria necessidade de uma avaliação dentro de um ensino que se considere de qualidade. Pensamos que o resultado deste estudo nos servirá de alicerce não só para responder as nossas perguntas de partida, mas também mostrar realmente o que é ter um ensino de qualidade numa escola atendendo a diversos aspectos não só do ensino mas do conceito que se tem da qualidade de ensino.

4. Análise/ discussão dos resultados das perguntas do questionário aplicado aos professores

No intuito de cruzar informações em relação às respostas dadas pelos alunos que nos ajudasse a enriquecer o nosso trabalho, optámos pela aplicação de inquéritos de perguntas abertas a vinte e seis (26) professores da mesma instituição. Na impossibilidade de aplicação da entrevista, de acordo com a disponibilidade de cada professor fomos aplicando tais questionários que nos causou algum constrangimento no decorrer da sua execução. Segundo os próprios professores inquiridos as perguntas exigiam uma reflexão profunda e quase que não havia disponibilidade para o preenchimento dos mesmos no imediato.

Da análise das suas respostas podemos definir a avaliação das aprendizagens como a *«busca da certeza do que a pessoa aprende. É julgar, apreciar o progresso da pessoa do ponto de vista quantitativo e qualitativo, ou ainda, é uma operação que prepara, acompanha e remata o processo ensino/aprendizagem»* (professor de 1º Ciclo).

Ainda outros definem-na como *« instrumento que mede toda a cção educativa, quer através de observação directa ou ocasional ou sistemática, por forma a regular toda a actividade do*

professor e do aluno»(professor do 3º Ciclo). Pois «controla, regula e orienta os objectivos dos programas escolares. Abrange os domínios do saber, as atitudes, os valores e as capacidades. Isto porque evidencia a verdadeira capacidade dos alunos»(professor do 2º Ciclo).

Desta definição podemos então comprovar mais uma vez que a avaliação não se resume nem as modalidades e muito menos a classificação. Para Libâneo (1991) cit. Severo Santos J. F. (s/d), *«a avaliação é uma tarefa didáctica essencial para o trabalho docente. Por apresentar uma grande complexidade de factores, ela não pode ser resumida a simples realização de provas e atribuição e notas»*. Dela também fazem partes os instrumentos necessários a uma avaliação com rigor, sinceridade, honestidade e justiça.

Por essa razão é incensato avaliar os alunos somente através dos testes. É necessário contextualizar todo o processo de avaliação para o saber ser, saber estar e saber fazer dos alunos seja muito bem avaliado e apreciado. Pois a avaliação assume um carácter delicado e contínuo que identifica o grau de conhecimento do aluno durante um periodo de tempo e sobre um determinado conteúdo através da participação, discussão das ideias e aplicação prática do conhecimento. De um modo geral, é necessário que *«o professor seja sincero e honesto para ampliar o seu horizonte de avaliação, observando progressivamente um aluno e só depois atribuir-lhe uma nota»(professor do 3º Ciclo).*

No que tange à modalidade mais adequada, 64% dos inquiridos apontam a avaliação formativa, uma vez que avaliam-se os progressos realizados, as atitudes, expressão gráfica e há um contínuo feedback entre o aluno e o professor, para além de identificar os pontos fracos e fortes de cada aluno no fim de cada unidade de estudo. Ainda Vera Lúcia Zacharias (s/d) acrescenta aspectos cognitivos, afectivos e relacionais de uma aprendizagem significativa e funcional que se aplica em diversos contextos e se actualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender. Pois, não se deve esperar pelo fim para lembrarmo-nos que nos equivocamos desde o início e que tal situação não foi remediado em tempo oportuno (Vila Nova, E. 2001) a avaliação deve ser contínua ao longo do ano lectivo (aluno 11º Ano CT1)

A outra modalidade também defendida é a avaliação sumativa (8%) uma vez que permite maior equilíbrio, evita o subjectivismo por parte dos professores, desde que estes sejam

sinceros e profissionais. Com as mesmas justificações estas duas primeiras modalidades representam 16% de entre as mais adequadas.

Para além destes, encontramos 12% dos professores dizendo que *«todas as modalidades são necessárias dependendo das circunstâncias e dos objectivos que se pretendem alcançar»*(professor do 2º Ciclo). Portanto, não existe uma modalidade mais adequada, *«nenhuma modalidade é totalmente eficaz...deve-se recorrer a qualquer modalidade, de acordo com cada aluno e situação em que se decorre a avaliação»*(professor do 1º Ciclo).

Embora no gráfico XVII, mostre que a modalidade mais adequada seja a avaliação formativa, o gráfico XVIII mostra que 40% dos inquiridos recorrem a todas as modalidades e a mesma percentagem às duas primeiras modalidades. O que ao nosso ver não deveria acontecer uma vez que se a avaliação formativa é a mais adequada deveria ser a mais solicitada. No entanto dependendo das circunstâncias da avaliação e de cada aluno que se avalia, assim é o recurso a determinada modalidade de avaliação. Aos 8% que recorrem a avaliação formativa justificam-na pela possibilidade de uma identificação constante das falhas no processo ensino/aprendizagem. É a forma de cada aluno tomar consciência da sua própria aprendizagem, conseguir alcançar os objectivos curriculares e driblar as dificuldades encarando os erros como virtudes para inteligência (Abrecht, 1991). Para além de ajudar o professor a encontrar a melhor maneira de transmitir os conteúdos com maior facilidade, permite-lhe conhecer melhor os seus educandos, tendo em conta que numa turma encontramos uma variedade de alunos e cada um apresenta as suas dificuldades de aprendizagem. Assim *«o professor consegue inteirar-se profundamente sobre a capacidade dos seus alunos, uma vez que a avaliação sumativa tem sempre aquilo que é dito trabalho do aluno»*(professor do 3º Ciclo). No nosso entender o eufemismo¹³ aqui impregue se refere a utilização de «cábulas» que é reprovado tanto pelos alunos (página 57 do nosso trabalho) quanto pelos professores inquiridos.

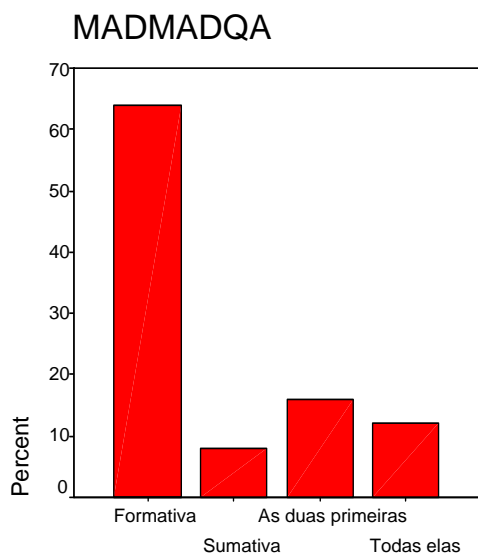
Para os que recorrem a avaliação sumativa (12%) encontram a justificação no facto desta modalidade permitir observar se os educandos estão a assimilar a matéria. Miras & Solé (1992) realçam que esta modalidade é explícita pela sua própria formalidade e acrescenta o

¹³ Recurso de estilo que consiste em designar o que é desagradável por termos delicados e suaves.

Decreto Legislativo caboverdiano sobre a avaliação sumativa que esta atende a própria homogeneidade nacional das classificações dos alunos.

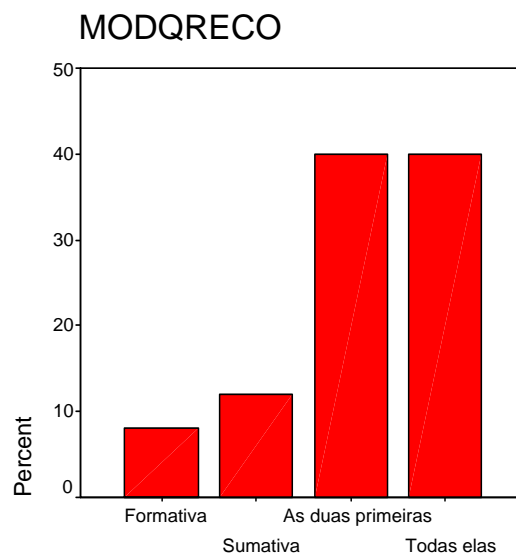
Outros preferem as duas primeiras e todas as modalidades como já se fez referência. Em contrapartida a avaliação diagnóstica, que tem um carácter puramente informativo, e pode ser aplicado em qualquer época do ano (7º artigo sobre as modalidades da avaliação) não consta nem como a mais adequada quanto a mais recorrida para avaliar os alunos. Isto vê-se claramente nos gráficos que se seguem.

Gráfico XVII: Modalidade de avaliação mais adequada.



MADMADQA

Gráfico XVIII: Modalidade de avaliação mais solicitada/ recorrida.



MODQRECO

Anteriormente estivemos a falar de uma avaliação ampla com presença de modalidades mas também de instrumentos capazes de configurar uma avaliação justa e de qualidade. quanto a este último aspecto os inquiridos fazem referencia a lista de controle, relatórios, debates alusivos aos conteúdos/ discussão dos conteúdos entre os alunos, os seus comportamentos, exposição escrita, participação na sala de aula, interesse, assiduidade como instrumentos utilizados para avaliar os seus educandos. A utilização de observação fornece-nos informações relativamente as atitudes, grau de responsabilidade do aluno, honestidade, comportamento, habilidade, nível de conhecimento e capacidade do aluno. Os trabalhos para casa, individuais e/ou colectivos evidenciam a capacidade, o esforço, o raciocínio, a intelectualidade de cada aluno. Na entrevista o professor deixa o aluno expressar-se. Assim conhece as suas preocupações, dificuldades e a própria imagem do aluno que aprende. «O

professor tem que avaliar os alunos em todos os sentidos»(professor do 3º Ciclo), apoiado na versão de Elisa Vila Nova (2001) fazendo referência aos instrumentos e técnicas de avaliação dóceis e capazes de diminuir as dificuldades inerentes à sua utilização. Lembremos que só diversificando instrumentos e técnicas ou procedimentos se pode avaliar de forma cabível e correcta a aprendizagem, as capacidades e as atitudes dos alunos (Vallejo, P. 1979).

No subsistema do Ensino Secundário a avaliação das aprendizagens é vista como um instrumento de controle dos objectivos traçados durante cada aula e trimestre, permitindo saber até que ponto os alunos assimilaram a matéria, afim de valorizar o trabalho e estudo de cada aluno; permite ver as lacunas de cada etapa e as possíveis correcções nas etapas seguintes; dá-nos a ideia clara da qualidade do processo ensino/aprendizagem sabendo, qual a matéria a debruçar mais, dando a sua devida atenção; mostra-nos o desempenho não só do aluno mas também do professor. Embora esteja muito deficiente no que concerne a representatividade de cada modalidade dentro do sistema e o elevado número de turmas por professor e número de alunos por turma, obrigando os professores a utilizar uma avaliação sumativa e a selecção dos alunos de acordo com a classificação obtida, ela não deve ser indispensável dentro do subsistema de ensino. De acordo com o resultado dos questionários este facto leva-nos para um paradigma psicométrico da avaliação, em que esta apresenta um carácter unicamente tradicional. Dos resultados obtidos só nos resta dizer que é necessário mudanças tanto no sistema quanto na escola em estudo para que esta continue a levar os seus alunos às universidades nacionais e internacionais como afirmaram os inquiridos no decorrer deste inquérito. De acordo com pesquisa qualitativa (s/d) a avaliação acompanha todo o processo educativo, está centrada na acção e antes dela no planeamento. Por isso *«a qualidade da educação é um dos aspectos da qualidade de vida »*(Crahay, Katz, Tietze et al, 1982) e deve permear todos os seguimentos da sociedade.

Por essa razão os inquiridos propõe primeiramente a existência de um ensino de qualidade, com menor número de alunos por turma, onde se avaliam tudo o que os alunos fazem, proporcionando assim uma avaliação de qualidade. Mas também é importante que se faça uma análise clara dos conteúdos a avaliar, fazer de tudo possível para utilizar cada modalidade em tempo oportuno e cada professores leccionar na sua área de formação.

Para além deste aspecto, o professor deve actualizar-se continuamente, com vista a utilização de meios inovadores na educação e no ensino, por isso deve ser sincero, honesto, responsável, rigoroso e justo no momento da avaliação. Deve ainda primar pelo rigor e precisão dos objectivos preconizados, utilização de metodologias sensíveis às diferenças individuais,

incidir não só no produto mas também nos processos de trabalhos utilizados na avaliação, saber o que avaliar e quem avaliar. O mais importante dentro desta análise reporta-se à consideração de algumas dimensões importantes da qualidade da educação. A relevância das aprendizagens para as necessidades actuais e futuras, aspectos que em Cabo Verde fazem presença e juntam-se à equidade, a eficácia e eficiência no processo ensino/aprendizagem (Pesquisa Qualitativa, s/d).

Lembrando que a qualidade da escola se enquadra em vários aspectos e/ou considera-se vários aspectos da sua classificação, 11,5% dos inquiridos consideram que a Escola Secundária Fulgêncio Tavares, está próximo de ter um ensino de qualidade, por isso é urgente o engajamento de vários mecanismos e factores, desde o aspecto material, aos recursos humanos. Outros acham que já passamos desta fase, a escola é de qualidade (80,8%) por causa de « *primazia do professor pelo aluno e do aluno pelo professor, uma direcção com responsabilidade de gerir a escola de uma forma adequada e satisfatória*» (professor do 1º Ciclo). Acrescentam ainda que a qualidade desta escola se afirma pelo próprio número de alunos que saem desta para universidades quer nacionais quer internacionais.

Em contrapartida existem professores que não a consideram de qualidade (7,7%) porque os alunos ao entrarem no Ensino Secundário, «*não possuem os pré-requisitos necessários para sustentar os conteúdos*» (professor de 3º Ciclo, com trinta anos de experiência). Significa que a falha vem desde o Ensino Básico Integrado. Outros inconvenientes encontramos no facto de grande parte dos alunos não possuírem manuais, por isso a escola despõe de uma biblioteca com livros adequados e sempre disponíveis para o efeito. Por último a culpa recai sobre alguns professores que ainda estão em formação e recém formados dando assim «*pouca atenção à planificação, não preparam as aulas convenientemente e não as executam de forma que os alunos possam perceber os conteúdos*» (idem). Obstáculos de outras ordens são turmas numerosas, falta de meios de trabalho, pouca dedicação dos professores e falta de preparação dos mesmos constituem barreiras fortes à um ensino de qualidade.

É de realçar que um dos factores que garantem a qualidade de ensino é a avaliação de indicadores relativos aos aspectos da qualidade da escola. Assim sendo, devemos considerar o ambiente educativo da escola, ou seja, o respeito, alegria, amizade, solidariedade, disciplina, combate à discriminação, bem como o exercício dos direitos e deveres com elementos importantes na avaliação. Mas também a prática pedagógica, as estratégias, os recursos

utilizados, os processos de avaliação dos alunos, a gestão democrática e transparente, o trabalho dos profissionais, o espaço físico da escola e a permanência e o sucesso na escola constituem outros pontos relevantes para o efeito ((Pesquisa Qualitativa, s/d). O quadro seguinte seguinte fala por si.

Quadro XVI: Qualidade do ensino na escola

SUESCQUL

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	21	80,8	80,8	80,8
	Não	2	7,7	7,7	88,5
	Nem tanto	3	11,5	11,5	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

5.Síntese conclusiva do inquérito aplicado aos professores

Assim como os alunos, os professores da Escola Secundária Fulgêncio Tavares também definem a avaliação das aprendizagens como meios e instrumentos indispensáveis dentro do processo ensino/aprendizagem. No que se refere a modalidade de avaliação mais adequada, apontam para a avaliação formativa embora uma percentagem significativa dos professores recorram com maior frequência a avaliação sumativa e formativa e a mesma percentagem afirma não existir uma modalidade adequada para avaliar os alunos. Cada modalidade tem a sua função e deve ser aplicada em momento específico. Pois o sucesso do processo educativo passa pela modalidade de avaliação adoptada dentro do sistema de ensino e estas devem ser muito bem harmonizadas para um autêntico sucesso educativo (Ribeiro, A. 1991).

Embora o típico seja uma avaliação de carácter tradicional neste estabelecimento os instrumentos de avaliação utilizados são vários. Pois a utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de avaliação não deixa oportunidades ao professor de ver o aluno em todos os ângulos, o que poderá induzi-lo a erros graves (Vallejo, P. 1979).

Segundo as análises dos dados a escola carece de mais e melhores meios materiais e humanos para que se alcance a qualidade de ensino desejada. Esta é entendida como a capacidade do sistema educativo adequar as trajectórias pessoais e profissionais dos alunos às necessidades da ordem socioeconómica imperante, com uma preocupação especial com a selecção e a promoção destes alunos a ocuparem postos de maior responsabilidade (Coll, C. 2003).

CONCLUSÃO

Ao longo do nosso estudo estivemos a trabalhar a avaliação e a qualidade de ensino em âmbitos diferentes mas complementares. Para o seu culminar achamos pertinente tecer algumas conclusões e propostas para a melhoria da qualidade de ensino na Escola Secundária Fulgêncio Tavares.

Fazer um trabalho deste género implica muita paciência e muita dedicação. Durante este percurso tentamos ser o mais tolerante possível para que o fruto de todo esse esforço fosse de qualidade. A recolha de documentos, os questionários, o programa SPSS entre outros aspectos dificultaram este trabalho, porque este é um trabalho árduo, de muita responsabilidade e imparcial na sua modalidade.

De entre todas as barreiras encontradas a mais marcante foi a recolha dos questionários aplicados aos professores da Escola Secundária Fulgêncio Tavares. Estes se encontravam de férias e quase que não havia disponibilidades para o efeito. Mas a disponibilidade dos amigos e orientador, a força, a coragem, a confiança devotada em mim e principalmente a nossa vontade e interesse no tema em estudo, falou mais alto e permitiu que este trabalho hoje fosse uma realidade da qual todos os interessados podem consultar e contribuir para a sua melhor qualidade, atendendo às próprias mudanças que poderão surgir.

A questão de investigação que nos serviu de linha orientadora, durante esse percurso foi: *«Como é que a avaliação influencia ou interfere na qualidade de ensino/aprendizagem dos alunos na Escola Secundária Fulgêncio Tavares?»*

Da pesquisa bibliográfica, análise e tratamento dos dados estatísticos obtidos através do inquérito aplicado aos professores e alunos da referida escola, podemos constatar que a avaliação ocupa um lugar de destaque dentro do processo ensino/aprendizagem. De acordo com os alunos inquiridos, a avaliação é um meio através do qual eles mostram as suas qualidades de aprendizagem. Qualidade essa que deve ser analisada relativamente a disponibilidade de materiais didácticos, aplicação de um bom método de estudo concorrente com o conteúdo, o uso de instrumentos adequados para compreensão da matéria, competência da escola e do professor em particular, esforço e estudo por parte dos alunos, e professores capazes de incentivar e orientar os alunos na sala de aula e não só.

Na mesma óptica, os professores inquiridos definem a avaliação como instrumento que mede toda a acção educativa, controla, regula os objectivos curriculares, abrange os domínios do saber, as atitudes, valores e capacidades. Por essa razão, estes devem ser sinceros e honestos durante o processo para que a avaliação feita não seja só de quantidade mas de qualidade, fundamentalmente.

Mas, antes de falar de uma avaliação de qualidade eles propõe um ensino de qualidade com menor número de alunos por turma, professores a leccionar em suas áreas de formação, actualização contínua por parte destes, análise clara dos conteúdos a avaliar, maior rigor e precisão dos objectivos preconizados e utilização de metodologias sensíveis às diferenças individuais. Só assim conseguem definir aquilo que se vai avaliar, como se vai avaliar, porquê se vai avaliar e quem se vai avaliar. Desta forma estaremos em condições de ter uma avaliação de qualidade em que cada professor deve utilizar cada modalidade da avaliação em tempo oportuno, com sinceridade, honestidade, rigor e responsabilidade de modo que este e a escola no geral atinjam, com sucesso, a equidade, eficiência e eficácia no ensino.

O processo de avaliação na educação conheceu incontestáveis e incontornáveis modificações no que concerne às modalidades, aos instrumentos, técnicas, metodologias de avaliação e aos próprios recursos disponíveis na escola. Teoricamente já não se fala de uma avaliação com carácter puramente quantitativa, mas sim qualitativa e fundamentalmente avaliativa. Embora, na prática corrente, vê-se que o sistema educacional se apoia na avaliação classificatória com a pretensão de verificar a aprendizagem ou competências dos alunos através de medidas de quantificações.

Actualmente para avaliar os alunos os professores utilizam técnicas e metodologias diferenciadas atendendo a diversidade de cada aluno e o nosso sistema recorre a instrumentos como observação directa, lista de verificação, registo de incidentes críticos, entrevistas e principalmente a «teste de papel e lápis», para avaliar os alunos. Mas tudo isso vê-se na teórica.

Da análise dos dados podemos afirmar que os alunos não são avaliados mas sim classificados uma vez que este último instrumento apontado parece ser o único instrumento de avaliação utilizado não só nesta escola mas sim a nível nacional. O que não deveria ser, pois a avaliação não é classificação é antes de mais parte integrante do processo ensino/ aprendizagem que visa a melhoria da qualidade de ensino ministrado.

No que concerne às modalidades o nosso sistema adoptou a avaliação diagnóstica que é feita com maior relevância no início do processo, não requer uma classificação e de acordo com a análise dos inquéritos aplicados aos professores, ela é a menos recomendada e solicitada por parte dos mesmos, atendendo ao elevado número de alunos por salas de aula e número de turmas por professor. A avaliação formativa ou mesmo classificativa que é feita sempre que necessário no final de uma unidade didáctica, é a mais utilizada e recomendada dado que permite acompanhar o aluno durante a sua aprendizagem e remediar o mal em tempo oportuno. A sumativa que é também classificativa é feita pontualmente com o objectivo de classificar cada aluno no final de um trimestre ou um ano lectivo.

Mas para isso é necessário dotar a escola de meios e recursos materiais adequados e capazes de aferir o conhecimento dos alunos. Ter sempre disponíveis materiais didáctico-pedagógico, é um dos aspectos apontados pelos inquiridos como pontos importantes para avaliar uma escola como sendo de qualidade ou não.

Abordar a qualidade no ensino é também falar da disponibilidade e qualidade de recursos humanos e materiais, que contribuem para realçar, despertar a competência de quem ensina, o gosto e interesse pela matéria que se lecciona e principalmente a vontade de aprender, quando através destes recursos se prima ou se faz valer o princípio politécnico da aprendizagem isso porque, *«a qualidade da educação é um dos aspectos da qualidade de vida»* (Crahay, Katz, Tietze et al, 1982).

Segundo Pesquisa Qualitativa, (s/d), a avaliação acompanha todo o processo educativo e como tal deve ser contínua e indispensável dentro do processo pedagógico, onde se quer analisar a qualidade do ensino ministrado e da própria instituição. Podemos ainda acrescentar que entre a avaliação e a qualidade no ensino existe uma certa relação de complementaridade.

A qualidade só é determinada através do resultado da avaliação regrada, imparcial e de qualidade e a avaliação dentro do processo educativo surge para identificar a qualidade da aprendizagem através da utilização de todos os instrumentos, modalidades, técnicas e métodos capazes de aferir um resultado com qualidade, fidelidade, rigor e da forma mais justa a cada educando na sua individualidade. Portanto, a avaliação influencia a qualidade no ensino através de todos os instrumentos, modalidades, métodos, técnicas, disponibilidade dos recursos quer materiais quer didácticos que a própria avaliação possui e necessita de uso

adequado e coerente dentro do processo educativo. No fundo fazer uma avaliação de qualidade é evidenciar a competência de quem ensina e a qualidade daqueles que aprendem.

Em suma a avaliação é um dos factores que garantem a qualidade de ensino e como tal é indissociável a um ensino de qualidade uma vez que ela constitui a melhor forma de analisar o conhecimento dos alunos durante o processo educativo.

Propostas e medidas

Embora esforços significativos vêm sendo feitos, principalmente neste ano lectivo que se inicia, é necessário que, através da investigação, se caminhe para a construção de uma teoria de avaliação que possibilite a união da perspectiva psicométrica e contextual, em que na primeira, se dê vida aos números e se introduza maior rigor e credibilidade na avaliação dos processos numa perspectiva puramente contextual.

Se assim acontecer, estaremos então diante de uma nova modalidade de avaliação, cujas vantagens estarão expostas nas características cruciais nela constatada. De um modo geral e muito simplista esta nova prática será:

- Reguladora da prática pedagógica, determinando as diversas componentes do processo de ensino aprendizagem; selecciona métodos, recursos e adaptações curriculares e ainda responde as necessidades educativas especiais;
- Sistemática porque não é improvisada, pois faz parte da planificação do ensino e implica frequente paragens para se efectuarem balanços sobre a qualidade da pedagogia aplicada;
- Individualizada no seu respeito pela individualidade de cada aluno, na adequação da ajuda pedagógica às necessidades de cada aluno, na definição de critérios em função do ponto de partida de cada um e como se não bastasse na procura do desenvolvimento das capacidades individuais;
- Orientadora na medida em que orienta a inter-relação das actividades dos intervenientes no processo educativo: professor-aluno; professores-professores; professores – encarregados de educação.

Devemos ainda ressaltar, que de um modo específico a escola secundária Fulgêncio Tavares carece de:

Materiais didactico-pedagógicos necessários e adequados. A qualidade de ensino, não está somente na transmissão de conhecimentos através de aulas teóricas, mas também na prática dos conhecimentos, no saber fazer.

Descentralização da Escola Secundária. Um dos pontos fracos da má qualidade de ensino apontados no inquérito foi a sobrecarga dos alunos por turmas. Acreditamos que se construíssem uma outra Escola Secundária na freguesia de Nossa Senhora da Luz, a escola estaria em plenas condições de oferecer todos os meios necessários para uma avaliação com mais e melhor qualidade de ensino;

Adoptar a perspectiva contextual da avaliação. É preciso que na prática os alunos passem a ser avaliados não somente através de testes escritos, mas também através de registos de incidentes, lista de verificação, entrevistas e principalmente observação. Devemos levar em conta a imparcialidade, o ritmo de aprendizagem, as habilidades, os interesses, os gostos, as aptidões, as atitudes e as destrezas de cada aluno que aprende dentro de uma colectividade. Fazer uma avaliação digna e consensual de modo a que todas as vertentes do processo ensino/aprendizagem sejam avaliadas.

Proporcionar o gosto pela aprendizagem através de realização de actividades lúdicas relacionadas aos conteúdos em estudo dentro e fora do recinto escolar, fazendo da escola um ambiente agradável onde se pode aprender realmente a exercer a cidadania com mais respeito e responsabilidade. Desta forma conseguimos com uma relativa facilidade conhecer, compreender e avaliar no verdadeiro sentido cada aluno;

De acordo com os tópicos acima referidos, podemos constatar que pela pertinência do tema em estudo, muito ainda se pode fazer, atendendo as mudanças constantes verificadas no nosso dia-a-dia. Este não é um trabalho acabado, não constitui o culminar de um processo, é antes de mais um contributo para o alcance de um ensino com melhor qualidade de avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, D. (2005). *Avaliação das Aprendizagens: Desafios às teorias, práticas e políticas*. Lisboa. Textos Editores.

GRANDE DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO. Lisboa/ S. Paulo: Editorial presença, 1997.

GRANDE DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO VERBO. Lisboa/ S. Paulo: Editorial verbo, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Portugal). (1998). *Educação Pré-Escolar: Qualidade e Projecto na Educação Pré-Escolar*. Lisboa. Editorial Ministério da Educação.

MAMBUQUE, A.; LASSEK, R.; PIRES, L. et all (2006). *Ensino Centrado na Criança*. Praia. Tipografia Santos.

PAIS, A. & MONTEIRO, M.(1996). *Avaliação uma Prática Diária*. Lisboa. Editorial Presença.

PAM – SD (Plano Ambiental Municipal de São Domingos).

PDM-SD (Plano Director Municipal de São Domingos).

PERALTA, H. (2003). *Áreas e Modelos de Avaliação Educacional*. in BLOOM, B. S. et all. (1976). *Taxionomia dos Objectivos Educacionais. I -Domínio Cognitivo*. Porto Alegre. Editora Globo.

RIBEIRO, A. & RIBEIRO, L. (1990). *Planificação e Avaliação do Ensino – Aprendizagem*. (S. L.). Litografia Amorim.

VALLEJO, P. (1979). *Manual de Avaliação Escolar*. Coimbra. (s. n.).

VARELA, B. (s. d.). *Manual da Disciplina de Estrutura e Funcionamento do Sistema Educativo*. (Sem publicação).

VILA NOVA, E.(2001). *Avaliação dos alunos: problemas e soluções*. Lisboa. Texto Editora.

ANEXOS

DOCUMENTOS UTILIZADOS:



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIA

CURSO DE GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS DO TERCEIRO CICLO DA
ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÃO DOMINGOS

Com o objectivo de obter dados para o trabalho monográfico, realiza-se o presente questionário destinado aos alunos do terceiro ciclo da escola secundária de São Domingos. Informamos que os dados disponibilizados serão utilizados apenas no âmbito da execução do referido trabalho, garantindo atempadamente a confidencialidade dos mesmos.

Pela colaboração prestada no preenchimento dos questionários, endereçamos o nosso especial agradecimento, na certeza de que da vossa sinceridade e opiniões que entenderem necessárias transmitir, permitirão a validade deste estudo.

A responsável: Leila Frederico

Marque com X á frente de cada opção que corresponde a sua escolha.

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO:

1.1-Ano de escolaridade : Ano_____ Turma _____ Sexo: M ☐ F ☐

1.2- Local de residência: S Domingos ☐ outro ☐ qual?

2-DADOS DE PERCEPÇÃO SOBRE A AVALIAÇÃO:

2.1- O que entendes por avaliação?

a) Atribuir uma nota ao aluno. ☐

b) Ver se os métodos e as técnicas estão a ser aplicados correctamente. ☐

c) Testar se os objectivos escolares estão a ser devidamente cumpridos. ☐

d) As duas últimas. ☐

2.2 -Para avaliar o aluno precisa-se de algumas modalidades de avaliação, como avaliação contínua, diagnostica e sumativa. Qual deles é do teu conhecimento?

a) Só a primeira ☐

b) Só a segunda ☐

c) Só a terceira ☐

d) Todas elas. ☐

2.3 -Conheces a fórmula para determinar a classificação trimestral e anual?

a) Não ☐

b) Sim ☐

2.4 - É do teu conhecimento o decreto-lei sobre a avaliação do ensino secundário?

a) Não ☐

b) Sim ☐

Utiliza a legenda para responder as seguintes questões, marcando com X a opção certa,

sendo: AMV – A Maioria das Vezes.

PV – Poucas

Vezes.

3- AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO/ APRENDIZAGEM

VARIÁVEL	SIM	AMV	PV	NÃO
3.1- Os programas de cada disciplina (objectivos, conteúdo, metodologia, instrumentos e critérios de avaliação e bibliografia) foram apresentados e discutidos com os alunos?				
3.2- Os objectivos de cada disciplina foram apresentados pelos respectivos professores?				
3.3 Os conteúdos abordados na sala de aula estão adequados aos objectivos da disciplina?				
3.4- O conteúdo abordado proporciona a relação teoria prática?				
3.5- A Metodologia utilizada na disciplina favorece o ensino-aprendizagem?				
3.6- Os instrumentos utilizados avaliam o meu conhecimento sobre os conteúdos das disciplinas?				
3.7- Sou incentivado (a) a discutir os resultados e as conclusões das aulas teórico-prática?				
3.8- O tipo de avaliação adoptada em cada disciplina é coerente com os objectivos propostos?				
3.9- A avaliação adoptada na disciplina é compatível com o seu conteúdo?				

4- AUTO-AVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROFESSOR FEITA PELO ALUNO

VARIÁVEL	SIM	AMV	PV	NÃO
4.1- Estudo e faço as actividades (trabalho de grupo e individuais, tpc, leituras, etc.) exigidas na disciplina?				
4.2- Tenho apresentado um bom desempenho em relação ao processo ensino/ aprendizagem?				
4.3- Procuro estabelecer relação entre o conteúdo abordado na disciplina e outros conteúdos ou factos já conhecidos?				
4.4- A interacção estabelecida entre professor e aluno, favorece o processo ensino/ aprendizagem?				
4.5 -Na disciplina, tenho sido incentivado(a) a participar, discutir e expressar minhas idéias?				
4.6- O professor orienta o aluno na realização de actividade teórico-prática?				

5- AVALIAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E DO EDIFÍCIO ESCOLAR

VARIÁVEL	SIM	AMV	PV	NÃO
5.1- Os materiais disponíveis nas aulas teórico-prático permitem acompanhar as aulas sem sobressaltos?				
5.2- O espaço físico do recinto escolar é adequado para a realização das aulas teórico – prático?				
5.3 Existe um livre acesso aos materiais didático – pedagógicos sempre que necessário?				
5.4 O acesso á Internet é sempre livre?				

6 - Qual é a tua opinião sobre a avaliação das aprendizagens?

7-Concorda com a opinião de que a avaliação das aprendizagens sejam feitas apenas através de testes?

8- Na tua opinião o que determina que o ensino seja de qualidade?

9 - É da tua opinião que um ensino de qualidade deve primar pela avaliação dos seus alunos, porquê?

10. Queres fazer mais alguma considerações/sugestões?



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIA

CURSO DE GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÃO DOMINGOS

Com o objectivo de obter dados para o trabalho monográfico, aplica-se o presente questionário destinado aos professores da escola secundária Fulgêncio Tavares.

Informamos que os dados disponibilizados serão utilizados apenas no âmbito da execução do referido trabalho, garantindo atempadamente a confidencialidade dos mesmos.

Pela colaboração prestada no preenchimento dos questionários.

Endereçamos o nosso especial agradecimento, na certeza de que da vossa sinceridade e opiniões que entenderem necessárias transmitir, permitirão a validade deste estudo.

A responsável: Leila Frederico

Responda as questões abaixo indicadas e identifique-se.

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO:

1.1-Ano de escolaridade que lecciona: _____

1.2-Anos de experiência profissional: _____

2-DADOS DE PERCEPÇÃO SOBRE A AVALIAÇÃO:

2.1- Que opinião tem sobre a avaliação das aprendizagens?

2.2- Qual a modalidade considera mais adequada para avaliar os alunos? Porque?

2.3- Quais os instrumentos costumam recorrer para avaliar os alunos?

2.4-Dentro da diversidade das modalidades de avaliação, quais delas tem mais usada por si? Porque?

2.5-Como vê a avaliação no subsistema de ensino secundário?

2.6-Como acha que deve primar uma avaliação de qualidade?

2.7-Considera que na sua escola o ensino é de qualidade? Quer justificar a sua resposta?

3-Quer fazer algumas sugestões ou considerações? Ou Deseja acrescentar mais algum aspecto?

MAPA DE SÃO DOMINGOS
E
IMPLANTAÇÃO
DA ESCOLA SECUNDÁRIA FULGÊNCIO TAVARES